

## Comissão Parlamentar da Defesa, em jornada de trabalho, visita ADFA e Lar Militar

### Sumário

6.ª Conferência	Pág. 3
Editorial	Pág. 3
Plano de Actividades	Pág. 4
Movimento Associativo	Pág. 5
Reunião de sócios	Pág. 7
Delegação do Porto	Pág. 8
CRPG	Pág. 9
Açores	Pág. 10
Cartas ao Director	Pág. 11

# 6ª Conferência



Primeiro-Ministro preside à Sessão Solene de Encerramento



Ministro da Defesa Nacional aceita candidatura à Presidência da Conferência

Pág. 2

Secretário de Estado da Defesa Nacional na Homenagem aos Combatentes Mortos

## CONVOCATÓRIA

### ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA

SEDE NACIONAL, 16 DE ABRIL, 14.00 H.

Nos termos do Art.º 27.º dos Estatutos, a M.A.G.N. convoca a Assembleia Geral para reunir ordinariamente na Sede da ADFA, em Lisboa, pelas 14 horas do dia 16 de Abril de 1994, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 — Apreciação e votação do Relatório de Actividades do Conselho Nacional referente ao exercício de 1993;
- 2 — Apreciação e votação do Relatório e Contas da Direcção Central e respectivo Parecer do Conselho Fiscal Central, relativos à gerência de 1993;
- 3 — Actualização da quota para 1995;
- 4 — Envolvências da construção e da inauguração do Monumento aos Combatentes do Ultramar;
- 5 — Informação da M.A.G.N. e da Direcção Central:
  - a) — Revisão Estatutária
  - b) — 6.ª Conferência Mundial sobre Legislação de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra
  - c) — Outras.

Nos termos do n.º 2 do Art.º 32.º dos Estatutos, se à hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos sócios, a Assembleia Geral Nacional reunirá 30 minutos depois com qualquer número de associados.

ADFA, 21 de Fevereiro de 1994

A M.A.G.N.  
O Presidente  
Joaquim Francisco Couceiro Ferreira

**Última hora:**

O Ministro do Emprego e Segurança Social recebe a ADFA

## Assembleia Geral Nacional Ordinária 16 de Abril de 1994

É natural que provoque alguma estranheza nos associados que a convocatória para a Assembleia Geral Nacional Ordinária do ano de 1994 seja feita para 16 de Abril, portanto para além do prazo previsto no artigo 27.º dos Estatutos da nossa Associação, que prescreve a sua realização até ao dia 31 de Março.

Estamos colocados perante um círculo vicioso!

As Assembleias Gerais de delegação realizam-se até ao final do mês de Fevereiro de cada ano e só após a sua efectivação é possível proceder à conclusão do Relatório de Actividades e Contas da Direcção Central e respectivo Parecer do Conselho Fiscal Central a levar à discussão na Assembleia Nacional Ordinária que realizada até 30 de Março não permite as res-

pectivas publicações no nosso jornal, tornando-se financeiramente incomportável o seu envio a cada um dos associados em pleno gozo dos seus direitos associativos. Assim queixam-se os sócios, e bem, de comparecer na Assembleia para analisar e debater documentação complexa da qual não tiveram prévio conhecimento.

Pensámos então o que seria mais eficaz para a participação associativa e o debate sério dos documentos a levar à apreciação da Assembleia Geral: cumprir o estatutariamente previsto e uma vez mais os associados, «às cegas», irem para uma Assembleia discutir o que desconhecem ou este

inocente desrespeito aos estatutos, ultrapassando ligeiramente a data prescrita, mas permitindo que o ELO na sua edição de Março, e a chegar aos sócios na semana seguinte à Páscoa, lhes transmita já os documentos que irão ser analisados.

Perdoem-nos os associados mais puritanos e fiéis intérpretes da letra dos estatutos, mas neste ano optámos pela segunda opção.

Fica aqui um alerta importante para este facto, em sede da revisão estatutária.

Estamos crentes de que, entendidos pelo facto de permitir uma mais fundamentada análise e votação de tão importantes documentos, seremos seguramente perdoados por este, que entendemos pequeno, pecado estatutário.

Os órgãos sociais centrais



Audiência da Direcção Central com o Ministro da Defesa Nacional

## AUDIÊNCIAS COM MEMBROS DO GOVERNO

Na manhã de hoje, 25 de Fevereiro, a Direcção Central da ADFA foi recebida pelo Ministro da Defesa Nacional, a quem formulou convite para aceitar a candidatura para a presidência das Reuniões de Trabalho da 6ª Conferência Internacional sobre Legislação da FMAC, o que, segundo as suas palavras, aceitou com "honra e orgulho".

Manifestou aquele responsável governamental, no momento acompanhado pelo seu assessor, major Carlos Chaves, a sua total disponibilidade para de imediato iniciar contactos com a ADFA para o equacionamento da exequibilidade de implementação das sete Propostas de Recomendação, que a ADFA leva àquela Conferência.

Entre toda uma variegada capacidade de hipóteses de apoio àquela realização, formulou a participação financeira e a oferta por parte do Ministério do Jantar de Recepção a ser servido no Forte de S. Julião da Barra.

Falou-se ainda das especiais capacidades por implementar, no Lar Militar, para atendimento e acolhimento dos deficientes militares, com idênticas condições ao Hospital Militar de Hamburgo, cuja prestação actualmente se encontra suspensa, e a resposta que ali tem sido encontrada para casos pontuais, não se enquadrar dentro de cariz de dignidade que os nossos associados merecem.

Na hora de impressão deste número do ELO, a Direcção Central estará a ser recebida pelo Ministro do Emprego e Segurança Social, sabendo-se que da Agenda constam temas como: a 6ª Conferência, Secretariado e Conselho Nacional de Reabilitação, motivos que justificam uma mais alargada notícia no ELO de Março.

No dia 22 de Fevereiro, em audiências consecutivas, a Direcção Central foi recebida pelo Secretário de Estado da Cooperação, Biosa e Gala, e pelo seu Chefe de Gabinete, Esteves Pinto, que, além de receptivos ao apoio a prestar às Associações de Antigos Combatentes dos PALOP's, incentivaram a nossa Associação a implementar protocolos de cooperação com aquelas organizações, contando nós com toda a abertura e apoio financeiro, disponível por parte daquela Secretaria de Estado.

## CIRCULARES SERVIÇOS SOCIAIS DAS FORÇAS ARMADAS

— Recebidas Circulares dos Serviços Sociais das Forças Armadas, referentes a:

- **Participações escolares** para o ensino preparatório, secundário e ensino superior. Os certificados de matrícula devem ser entregues no mês de Outubro referente a cada ano lectivo.
- **Colónia de férias no COSFA.**
- **Turnos de funcionamento** no Centro de Repouso do Lar Veteranos Militares de Runa.
- **Centro de Recuperação do Porto.**
- **Normas para a concessão de empréstimos** a vigorar em 1994.

Os interessados deverão dirigir-se à sede da ADFA mais propriamente ao Serviço de Acção Social, ou às Delegações e Núcleos espalhados pelo País, caso pretendam obter alguma informação.

É de salientar que os indivíduos que têm direito aos benefícios nas circulares são única e exclusivamente os sócios dos Serviços das Forças Armadas.

DEPARTAMENTO DE REABILITAÇÃO  
SERV. ACÇÃO SOCIAL

## SÓCIOS FALECIDOS



Manuel Augusto Luís, sócio nº 1663, marinheiro F.Z.E, faleceu a 3 de Dezembro 1993

Era natural de Odemira, residente em Vila Nova de Gaia, sofreu o seu acidente em Angola, tinha a desvalorização de 95%, era divorciado e deixa um filho maior



Amândo Gomes Veloso, sócio nº 12 319, soldado, faleceu em 05-Maio de 1993, era DFA com 32% de desvalorização, por ferimentos sofridos na Guiné, residente em Gondoriz, deixa viúva Dª Glória Rodrigues Fernandes e três filhos orfãos.



D. Maria Laurentina Gomes, sócia nº 11 190, faleceu em 5 de Julho de 1993, pensionista de pensão de preço de sangue, por morte do seu filho em Angola, era viúva, e residente na Madeira.

Aos familiares e amigos destes nossos sócios, apresentamos as nossas mais sentidas condolências.



José Martins Bento, sócio nº 12 404, 1º cabo miliciano, faleceu a 04 de Janeiro de 1993, natural de Castelo Branco, residia na Amadora. Tinha a desvalorização de 60%.



## ENTREGA DO 1º PRÉMIO

Momento em que o responsável pelo Serviço Associativo e Cultural, do Departamento de Reabilitação, tenente coronel Jorge Maurício, entregava as chaves do Fiat Panda, ao Comandante da Capitania do Porto de Olhão, Capitão de Mar e Guerra Jorge Viegas, correspondente ao 1º Prémio do Sorteio da Campanha de Angariação de Fundos para a nossa Sede, atribuído aquela entidade na extracção efectuada no dia 23 de Novembro de 1993.

### ● ASSISTÊNCIA MÉDICA, PSICOSSOCIAL E JURÍDICA ●

#### CLÍNICA GERAL

Médico: Dr. Brito  
2.ª Feira 13:00h  
4.ª Feira 17:00h

#### PSIQUIATRIA

Médico: Dr. Proença  
5.ª Feira 09:30h

#### PSICOLOGIA CLÍNICA

Dr.ª Fátima Cruz  
2.ª Feira 14:00h às 18:00h  
4.ª Feira 14:00h às 18:00h

#### SERVIÇO SOCIAL

Dr.ª Fátima Almeida  
2.ª, 4.ª e 6.ª Feiras  
09:00 às 12:00h/14:00 às 18:00 h

Marcações: D. Josefa

Solicita-se a todos os associados, que sejam feitas as marcações das consultas com antecedência pelos telefones 7570502/0583/0422/0645/0702/0781

#### GAB. JURÍDICO

Dr. António Carreiro

3.ª e 5.ª Feiras  
14:00 às 18:00h

• c/marcação prévia, (não se dão consultas aos telefone)

Marcações: Helena Afonso

## ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Av. Padre Cruz — Edifício ADFA — 1600 LISBOA — TELEFS.: 7570422/0502/0583/0645/0702/0781 — FAX 7571319

TRANSPORTES: Autocarros, 3 e 47, em frente ao Lar Militar, a 150 metros da ADFA. Aconselhamos a que se tome o metropolitano até à estação do Campo Grande e que aí se apanhe os referidos autocarros.



Propriedade, Administração e Redacção:  
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS  
Palácio da Independência  
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex  
Tel. 757 05 02 — Fax 757 13 19  
Dep. Legal — ESGMJ — 105068  
Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 11 000 exemplares

DIRECTOR: Patuleia Mendes  
REDACÇÃO: Armindo Roque  
António Carreiro, José Maia, Abel Fortuna, António Neves, João Gonçalves  
MAQUETAGEM: Carlos Jacinto  
FOTÓGRAFO: Fariinho Lopes

Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Redacção do ELO, sendo da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 1100\$00

Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:

Europa: 1800\$00  
Fora da Europa: 2100\$00  
Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 1300\$00

6.<sup>a</sup> Conferência Internacional sobre Legislação da FMAC

## Entrevista a José Arruda, presidente da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus da FMAC

ELO - Esta conferência tem uma importância capital a nível mundial, pois os combatentes encontram-se divididos por três grandes regiões, que compreendem a Europa, onde existe a respectiva Comissão Permanente, a África também com Comissão Permanente, e Ásia e Pacífico.

Há problemas em todos os continentes como presidente da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus, como entende, José Arruda, neste momento tão conturbado para a Europa, os interesses dos Antigos Combatentes e dos actuais combatentes do "Velho Continente" acerca dos quais a Conferência se vai pronunciar?

José Arruda - Quando a Comissão Permanente entendeu discutir este assunto, aferir o que é que se tinha passado desde Bad Ischl, uma das linhas de força que saiu da reunião de Lisboa de 91, foi esta: É preciso ponderar o que está a acontecer no mundo, o sistema de Leste está acabado desde os finais dos anos 80, é preciso repensar tudo. Apesar da FMAC ter nascido após a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, formada à base de muitas organizações de combatentes dessa guerra, proliferaram pelo mundo inteiro conflitos regionais, e nasceram novos deficientes de guerra, novas vítimas da guerra, e estas são, como toda a gente, sabe, cerca de 80% das consequências dos conflitos.

A CPAE entendeu que era uma questão a tratar, e era importante pensar numa Conferência Mundial para avaliar esta situação. Assim, decidimos avançar para uma Conferência Mundial sobre Legislação.

É o momento oportuno, e a FMAC compete chamar toda a gente, chamar neste caso os próprios governos, porque é assim que a Conferência vai funcionar, duas partes, governo e organizações de combatentes, aferir, fazer o ponto da situação, e dizer uma vez mais, basta, às guerras.

ELO - De momento já há uma perspectiva do número de participantes, tem-se falado que ultrapassarão as 200 pessoas, entre os delegados das organizações dos antigos combatentes e representantes dos governos.

Quantos países já se encontram inscritos e qual o número de participantes?

J. A. - Já se encontram inscritos mais de 40 países,

o que ultrapassa aquilo que aconteceu na 5.<sup>a</sup> Conferência em Bad Ischl, onde estiveram cerca de 30 países.

É importante também salientar, que há países que não estiveram na 5.<sup>a</sup> Conferência, países novos filiados na FMAC e há outros que ainda não estão filiados e que vêm. É muito importante o interesse de muitos governos, da maior parte dos países que estão inscritos. Estão as duas partes, governos e organizações de combatentes filiadas da FMAC.

ELO - A propósito do Governo, que apoio tem sido prestado à Conferência pelas entidades oficiais?

J. A. - Temos que salientar o interesse e a responsabilidade com que o Estado português tem acompanhado esta Conferência; 1.<sup>o</sup> pelo reconhecimento do interesse na sua realização em Portugal, do seu patrocínio por parte do governo, neste caso via Ministério da Defesa Nacional, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministério do Emprego e Segurança Social, que estão a acompanhar estas matérias.

Queremos fazer aqui referência ao interesse que o Presidente da República, mais uma vez, colocou nas questões ligadas às guerras, aos conflitos regionais, ao aceder, de imediato, a presidir à Sessão Solene de Abertura.

Também da parte do Governo, o Primeiro Ministro acedeu presidir à Sessão de Encerramento, o que revela que Portugal neste espaço tão grande da Europa, assume porque a guerra que acabou já há cerca de 20 anos, e que deixou sequelas e consequências.

Nesse sentido penso que é importante o trabalho que a ADFA desenvolveu para ter chegado a esta situação de comprometer o governo, mais uma vez, para se preocupar com estes assuntos.

ELO - Quantos participantes há já inscritos neste momento?

J. A. - A última estatística já ultrapassa os 200.

ELO - A nível mundial a Conferência debruçar-se-á sobre propostas de resolução vindas de todo o mundo. Quantas são?

J. A. - No que diz respeito à documentação, fala-

mos mais concretamente das Recomendações sobre legislação, que chegaram na última 5.<sup>a</sup> feira, dia 17 de Fevereiro, a Lisboa

Há 45 propostas de recomendação, das quais 7 são propostas da nossa associação, aquelas que dizem respeito às questões que conjuntamente temos tratado com o Ministério da Defesa Nacional e outras que entendemos que é preciso repensar.

ELO - Há uma delegação oficial da ADFA já indigitada, como presidente da Direcção, qual será o seu trabalho para a Conferência?

J. A. - Penso que ADFA tem dado a esta Conferência uma grande atenção, e quando digo ADFA, refiro-me ao conjunto dos seus órgãos e à atenção dos próprios associados. Esta Comissão, esta delegação oficial, vai reunir já no dia 25, numa primeira reunião, para dar um enquadramento genérico à Conferência, depois, ficarão marcadas mais duas ou três para discutir os documentos. Vamos fazer a análise de todas as recomendações e de outros documentos.

Um que é importante, e que tem a ver com as respostas ao questionário que foi enviado ao governo e às associações de combatentes, que se divide em duas partes: uma parte questionando os governos a darem a informação de qual é o ponto da situação da legislação que foi aprovada em 1988 na Áustria. O que é que foi aprovado? O que não foi? Porque que é que não foi? Quais são as dificuldades?

Outra questão, prende-se com a necessidade de conhecer, a partir do estudo daquele questionário, a legislação aplicada na maior parte dos países de todo o mundo.

Esta Conferência tem várias propostas importantes: a tentativa de se arranjar uma definição de vítima da guerra; outra proposta importante tem a ver com a questão de fazer o ponto da situação ou tentar actualizar ou não, a Carta dos Direitos dos Combatentes, que já foi discutida em reuniões anteriores, penso que é lógico saber se a Carta que foi aprovada nos finais dos anos sessenta, estará ainda de acordo com a nova realidade, ou se é necessário reapreciá-la. É um momento importante, e penso que aí a ADFA vai ter uma palavra a dizer.

ELO - O que pensa José Arruda, como presidente Direcção Central da ADFA, e presidente da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus, sobre aplicação, no futuro, das recomendações da Conferência, quer em Portugal quer na Europa?

J. A. - Penso que a aplicação das Recomendações, neste caso concreto ligadas à legislação, vai depender muito daquilo que é a FMAC hoje, e naturalmente do papel da própria ADFA. Nós pensamos que Lisboa, portanto Portugal, vai lançar na opinião pública mais um grito, um grito de alerta, é este o nosso papel, é considerar que a FMAC é o porta voz, é por onde passam muitos problemas do mundo inteiro, no que diz respeito aos Combatentes. Através de Lisboa o mundo inteiro tem que conhecer a real situação dos antigos combatentes e vítimas das guerras, principalmente os governantes.

Temos que levar essa discussão além da opinião pública, às grandes organizações como as Nações Unidas, aos seus vários departamentos, e a outros organismos internacionais. Este é o papel desta Conferência. Se não for adoptada uma estratégia, uma linha de conduta muito, muito incisiva neste aspecto, nós podemos perder.

Penso no entanto que há uma grande vontade e expectativa, e é papel da ADFA chamar a atenção para estes problemas em Portugal e também no resto da Europa e no mundo inteiro, para que ao mais alto nível, ao nível das várias organizações que tratam desses assuntos, se apele aos poderes para que estas questões sejam resolvidas.

Penso que será assim que se começarão a aplicar as Recomendações. Temos que utilizar a FMAC como órgão aglutinador de todos os combatentes, com toda a legitimidade, porta voz dos problemas dos deficientes de guerra das suas vítimas, para pressionar os governos a adoptar a legislação. Chamar a atenção, com a nossa experiência e apelar a que os conflitos se resolvam através de diálogo e que termine o genocídio que está a acontecer, aqui na Europa, Sarajevo é um exemplo, bem como também em Angola, que é outro, e em outras tantas latitudes do mundo.

ELO

## EDITORIAL

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas, vai encarar, com a capacidade a que já nos habituámos, e após uma fase preparatória de árduo e intenso trabalho, a concretização da 6.<sup>a</sup> Conferência Internacional sobre Legislação da FMAC.

Será este evento uma das grandes organizações da nossa associação, também porque o é daquela federação, na sequência de tudo aquilo de que já demonstrámos ser capazes, quer em acontecimentos nacionais, quer internacionais, corolário de grandes momentos por nós protagonizados, como a 11.<sup>a</sup> e a 14.<sup>a</sup> Reuniões da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus da FMAC, em 1985 e 1991; o 1.<sup>o</sup> Simpósio Internacional sobre Traumatismos Psicológicos provocados pelo "Stress" de Guerra, em 1987; a 1.<sup>a</sup> Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, em 1990; a construção e Inauguração da nossa Sede Nacional e a congregação de esforços e ideias para a reunião, já por três vezes, do Congresso da nossa casa.

A 6.<sup>a</sup> Conferência é realizada em Lisboa 20 anos após o 25 de Abril e a criação da ADFA, e talvez agora, precisamente por esses dois factos, por Portugal viver duas décadas de vida democrática, e a ADFA ter exactamente a mesma idade de maturação.

Nunca tantos países, mais de 40, se reuniram numa organização da FMAC, nunca tantas propostas, exactamente 45, foram levadas à discussão em nenhuma das cinco Conferências da mesma índole, anteriormente realizadas.

O aparecimento pela primeira vez de muitos países neste encontro internacional, não só da Europa Central e Oriental, como de África, são demonstração do conhecimento e expressão humanista, que o nosso país desenvolveu durante séculos e constatação da dinâmica e intervenção internacionalmente acometidas à nossa associação.

Reconhece-se que, muito embora seja diminuta a capacidade de actuação objectiva da FMAC nos conflitos bélicos, que provocam hoje 80% de vítimas entre a população civil, das quais 90% são mulheres e crianças, pesa a desconhecida intervenção que a FMAC teve na preparação da plataforma de entendimento, que conduziu às conversações Israelo-palestinianas e o arriscado envolvimento que a Comissão de Escuta, criada na Reunião de Varsóvia, de Setembro de 1992, assumiu no terreno da Sérvia, Croácia, Eslovénia e Bósnia. Afigurar-se-nos-ia e desejaríamos que a força da FMAC, membro consultivo da ONU e do Conselho da Europa, pudesse ter maior capacidade de evitar as feridas que nos roem o coração de Split a Huambo, de Belfast a Dili, de Dubrovnik a Mogadixo, de Cabul a Maputo, de Mostar a Sarajevo, dói-nos que esta última cidade tenha conhecido, esperamos que não temporariamente, a paz pela via da força, Sarajevo, onde há 80 anos, um tiro disparou o início da Grande Guerra, onde as pistas de neve dos Jogos Olímpicos de Inverno de há 10 anos, se transformaram em trincheiras e os seus parques, jardins, e estádios, em cemitérios, onde cada cidadão que conseguiu sobreviver, perdeu em média 10 quilos, nos últimos 18 meses, e onde as crianças, sofrem o "stress" da angústia latente da espera desejada da morte.

A este rol de atrocidades e atropelos à dignidade humana, espera-se que seja posto cobro em todo o mundo, e que milhões de vítimas inocentes da cobiça cega dos "falcões", possam serenamente voltar a ser gente.

Lisboa, de 12 a 16 de Março, vai ser o pólo magnético para as trémulas bússolas de milhões de deficientes, viúvas, orfãos, esfomeados e refugiados, que esperam alguma luz de justiça e futuro, na ânsia de que aqueles que falam na tolerância, no diálogo, na boa vontade e na solidariedade, adquiram voz mais forte, do que aqueles que usam o ódio, bombas e canhões, como meio normal de expressão

Direcção Central

# REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL ORDINÁRIO DA ADFA

## 26 DE FEVEREIRO DE 1994

### ● PLANO DE ACTIVIDADES DA DIRECÇÃO CENTRAL PARA O ANO DE 1994 ●

#### Conselho Nacional Ordinário de 26 de Fevereiro de 1994

Reúne em duas sessões, uma às 10.00 h, outra às 14.30 h, o Conselho Nacional da ADFA, em 26 de Fevereiro de 1994, um dia depois da presente edição do «ELO».

Sobressaem, das respectivas Ordens de Trabalho, para além dos pontos obrigatórios (Relatório de Actividades do próprio órgão relativo ao ano de 1993 e Orçamento e Plano de Actividades da Direcção Central para o ano 1994), diversos pontos da mais significativa importância: o Relatório do Conselho Fiscal Central, a 6.ª Conferência Internacional sobre Legislação da FMAC, a revisão estatutária e as envolvências inerentes à construção e inauguração do Monumento aos Combatentes do Ultramar.

O «ELO» teve acesso ao Plano de Actividades da Direcção Central para o corrente ano e que, para conhecimento dos sócios, passa a transcrever.

Pensar a A.D.F.A. é um dever que a todos os sócios diz respeito. O futuro é algo que, para nós, constitui base dessa discussão, é debater a nossa vida, a nossa dignidade. Não podemos deixar que os outros por nós pensem e decidam, as grandes mutações vividas no mundo não devem ser encaradas como questão que não nos diz respeito, temos que ser objectivos e pragmáticos.

A nossa história de 20 anos de organização é bastante valiosa, porque emergiu do ideal que nasceu a 14 de Maio, um ideal participativo, dedicado e discutido por todos com emotividade, sempre na busca do caminho mais certo para garantir a defesa dos nossos direitos.

Passados 20 anos, devemos ter a capacidade de avaliar o nosso percurso e revivê-lo de forma a que dele refloraça a rica vivência desses anos, que contribuíram decisivamente para termos chegado a este momento e nós sentirmos orgulhosos da associação que criámos e com a qual cada vez mais nos identificamos: a sociedade portuguesa reconhece-a, também ela, como protagonista genuína da defesa dos interesses dos Deficientes das Forças Armadas.

Passaremos a explicar as grandes linhas de orientação e actividades que a Direcção Central equacionou,

como prioritárias, para o ano de 1994.

1. A habitar já a nova casa, fruto da vontade e do querer associativos, deverá entender-se este ano como fase de um período de acerto em todas as vertentes. O funcionamento dos nossos serviços exige a ligação às delegações, utilizando os meios humanos e materiais ao nosso dispor, como eficácia de forma que a informação circule aos vários níveis, garantindo, assim, necessária coesão associativa. Em suma, o reafirmar do projecto que criámos a 14 de Maio de 1974.

2. De 12 a 16 de Março do corrente ano, vai realizar-se a "6ª Conferência Internacional sobre Legislação".

Esta actividade resulta do empenhamento que a A.D.F.A. em relação à F.M.A.C. tem assumido, momento que consideramos importante para a defesa dos direitos dos Deficientes Militares no que se refere à legislação. Será também mais uma ocasião para relançar à opinião pública portuguesa o debate das questões inerentes às guerras e, no caso em particular, à guerra colonial.

3. A vida associativa da A.D.F.A., como a de qualquer Organização Não Governamental, assenta em dois pilares principais: na participação activa dos seus associados, na sua orientação política, e na sua envolvimento e reflexão em momentos de grande concentração, com incidência nas efemérides históricas da nossa casa e da realidade social em que nos enquadrámos. Assim:

a) É fundamental a incentivação da coesão dos associados por todo o país, aproveitando as estruturas institucionais existentes - os Núcleos, e todas as realidades locais que, sem aquele estatuto institucional, constituem já grandes polos de aglutinação de sócios em diversas áreas de onde indicaremos, por mera questão de exemplo, o que se passa nas delegações do Porto, de Bragança, de Viseu e Ponta Delgada. A incentivação do conhecimento, por parte dos Órgãos da A.D.F.A., dos reais problemas dos associados colhido nos locais onde se encontram, e a passagem de informação sobre a orientação política de todos aqueles Órgãos, será cada vez mais a garantia da nossa dinâmica e unidade hoje, como amanhã.

b) Pretende a Direcção Central que sejam comemorados condigna e descentra-

lizadamente o 20º Aniversário do 25 de Abril, da criação da A.D.F.A. a 14 de Maio e do início da publicação do jornal ELO a 23 de Novembro.

Estão já a desenvolver-se esforços para levar a efeito actividades no dia 25 de Abril e no dia 14 de Maio, separados por escassas três semanas, no sentido de, para além de convívios associativos, a realização de Colóquios e Exposições também dirigidos à comunidade em geral, garantindo, a um tempo, o nosso cada vez maior, reconhecimento por parte da opinião pública e o nosso assumir da responsabilidade de um trabalho dignificante que, como organização, temos desenvolvido durante duas décadas.

O 20º Aniversário do ELO, coincidindo com a ocupação do Palácio da Independência em 23 de Novembro de 1974 está uma vez mais ligado à sediação da ADFA.

Na efeméride recordaremos, assim, a saída daquele Palácio, onde nos desenvolvemos durante mais de 19 anos e um ano de permanência na actual Sede, ocasião de sobremaneira importante para reflexão sobre a realidade que é o ELO e comsoubémos, ou não, apreender, revigorar e impulsionar, a partir de 19 de Novembro de 1993, todo o riquíssimo capital de vivência, verticalidade e associativismo que praticámos enquanto o Palácio da Independência nos serviu de referência e alfofre de idéias e ideais.

Iremos cuidar atentamente duma jornada de grande reflexão a levar a efeito por essa altura.

4. A Reabilitação, nas suas vertentes que concernem à recuperação física e psíquica e à integração sócio-laboral, foi a razão primeira que nos levou a criar a A.D.F.A.. O agudizar dos problemas sociais a nível mundial, a instabilidade e a incerteza com que nos chocamos todos os dias nas nossas vidas pessoais, urgiram a que se pensasse e dinamizasse todo este sector no momento em que se nos apresenta incerta a garantia de emprego, o agravar das deficiências e, em muitos casos, o desagregar da própria instituição familiar. Readequou-se à realidade o Departamento de Reabilitação, tendo sido articulados, em orgânica comum e interdisciplinar, os serviços que actualmente a compõem, que serão dinamizados com a intenção de espalhar a sua acção por todo o país, graças à excelente rede de delegações e núcleos que a A.D.F.A. actualmente dispõe. O Departamento de Reabilitação encontra-se as-

sente em quatro grandes áreas: - a dos Projectos que se debruçará sobre o problema real dos deficientes militares hoje, buscando soluções e apontando caminhos para a sua resolução aos mais diversos níveis, aproveitando o que das novas tecnologias, técnica de construção e aplicação de próteses e de informação, já dispõe o Centro de Formação Profissional da A.D.F.A. em Gaia; - a área Médico-Social mantém todas as condições para a evolução de um trabalho já encetado e que, com rasgo e saber, deverá transplantar para os hospitais militares a forma humanizada como os deficientes militares devem ser acolhidos; - a área Associativa, de Cultura e Lazer tem a seu cargo, como barómetro, o lançamento de desafios aos sócios para a sua participação activa e directa na vida da A.D.F.A.. Sector que, se dinâmico, impulsionará o que à casa querem dar e o que da mesma querem conhecer os associados; - a área de Formação e Emprego em reequacionamento de uma experiência de 07 anos, irá voltar-se mais para as nossas necessidades reais e para a da comunidade deficiente em geral, de que não nos podemos alhear; este sector é um vector fulcral num momento em que se desmoronam estabilidades profissionais, para que não se defraudem as perspectivas e anseios daqueles deficientes militares que continuam a entender-se como capazes de continuar a dar a sua melhor prestação à comunidade onde se inserem.

a) O Lar Militar, e não é por mero acaso que conseguimos construir a Sede junto a ele, tem o papel decisivo a desempenhar na área da reabilitação dos deficientes militares para o qual foi expressamente criado. Longe de se pensar que os Deficientes das Forças Armadas se encontram reabilitados e integrados, a sua função vai ser fulcral nos anos que se avizinham e a sua procura talvez desmedida, em função da sua capacidade de acolhimento. As deficiências agravaram-se, a idade avançou, as capacidades de continuar em casa própria vão-se diluindo, as permanências em regime ambulatório em consultas nos hospitais militares vão-se avultar, e aquela estrutura, com condições pioneiras na área da reabilitação, encontra-se sub-aproveitada.

A Direcção Central entende que, naquele local privilegiado, deve ser instalada uma oficina orto-protésica que a A.D.F.A. desenvolverá para apoio directo aos deficientes militares em articulação com os

hospitais militares. A sua capacidade de acolhimento-deveria constituir uma retaguarda imediata aos deficientes militares em convalescença, com necessidade de apoio sistemático por parte daqueles hospitais, parecendo-nos dever continuar retaguarda mediata, o Lar Militar de Runa com capacidade e condições exemplares para executar as tarefas para que foi criado, e que afinal sempre desenvolveu desde há cerca de século e meio, o apoio directo aos "inválidos de guerra".

Iremos continuar a alertar que o agravamento das situações físicas e psíquicas dos deficientes militares, a terceira idade que se avizinha a passos largos, porque prematura para deficientes, obriga a que se equacionem os problemas antes que eles surjam e se o direito de acolhimento que nos é cometido, através do D.L. 43/76, é uma realidade existem já estruturas, conforme se indica, capazes de enfrentar o problema antes que ele surja e sem grandes encargos financeiros para o Estado.

Se a vontade política surgir hoje, o amanhã está resolvido.

b) Em paralelismo com o Ano Internacional da Família, proclamado pela ONU, as instâncias a que compete a saúde militar em Portugal, dedicam o ano de 1994 à saúde, ao militar e à família. A Direcção Central irá envolver todos os esforços para que nos projectos a desenvolver os Deficientes das Forças Armadas tenham inclusão absoluta. É primordial, necessário e da mais elementar justiça que as entidades que superintendem aos Serviços de Saúde Militar, reconheçam que aqueles que mais dela necessitam e vão no futuro necessitar, são aqueles que "precindiram" de parte de si próprios em entrega ao chamamento que, na juventude, as Forças Armadas lhe formularam.

5. A Revisão Estatutária vai conhecer, no ano de 1994, o seu epílogo. Processo seriamente acompanhado por alguns associados e delegações, conhece actualmente um calendário assumido pelo Conselho Nacional, ao qual a Direcção Central se vincula plenamente. Entende-se assim o ano de 1994 como uma transição, primeiro porque nos fará encarar a realidade que constitui os Estatutos a aprovar, segundo porque o envolvimento e a participação dos associados, a nível nacional, neste projecto, que terá que ser uma realidade, demonstrarão à casa que a sua juventude de 20 anos contém um novo folêgo, uma nova força, envol-

vida e consciente para enfrentar as dificuldades que ninguém duvida, com que a conjuntura interna e externa nos irá confrontar.

Constitui ponto de honra, a entrega total da Direcção Central ao projecto de Revisão Estatutária, assumindo todas as responsabilidades que lhe cabem, no sentido de que os nossos Estatutos serão aprovados em tempo oportuno, que os acompanhem o regulamento geral e o regulamento eleitoral da associação, e que tais documentos serão corolário e demonstração de uma vivida e sã discussão, reflexo de um debate viril mas tolerante, conciliadora de idéias através do diálogo, desvanecedora de discórdia, através da amizade, aliás, os apanágios desta casa que por tal se encontra viva e cada vez mais forte.

Conclusão: Este Plano de Actividades da Direcção Central levado à reunião do Conselho Nacional Ordinário de 26 de Fevereiro de 1994, traça alguns mas precisos objectivos que se pretendem e querem levar a bom termo durante o corrente ano. Não nos alongamos a tecer grandes rasgos de cariz filosófico, nem a elaborar uma panóplia de actividades, por vezes de difícil execução durante o período em que se pretende que sejam realizadas. A Direcção Central tem sempre, como pano de fundo, as tarefas que assumiu com os restantes Órgãos Sociais Centrais no programa eleitoral que os sócios plebicitaram em de Junho de 1993, e voltar a redefini-las é pouco mais que redundar e saturar a capacidade de decisão dos Conselheiros.

Ressaltam assim deste Plano, as linhas mestras da Direcção Central para a actividade da ADFA no ano de 1994, estamos conscientes de que se trata das grandes metas, não desmerecedoras do trabalho do dia-a-dia que serviços, delegações e trabalhadores desenvolvem num afã administrativo que faz manter de pé e eficazmente a estrutura da ADFA. Os objectivos mais prioritários estão-vos indicados, todos os outros os conheceis de pleno. Com a colaboração dos restantes Órgãos Sociais Centrais, das Delegações, dos Núcleos e essencialmente de todos os associados, estamos convictos que levaremos a bom termo este Plano, engrandecendo a ADFA, dignificando todos os seus Órgãos e representando conscienciosamente todos os associados cuja garantia de manutenção e ampliação de direitos, extensiva aos familiares, será a nossa preocupação diária.

A DIRECÇÃO CENTRAL

# Dia Internacional do Deficiente

## FENACERCI

A divergência de opiniões sobre um determinado assunto ou problema é salutar quando resulta de convicções construídas com ponderação, mas pode tornar-se substancialmente perniciosas quando uma das partes se arroga de detentora exclusiva da razão e, como tal, ignora as razões que aos outros possam assistir. A situação agrava-se quando um dos intervenientes pretende assumir uma representatividade que as outras partes não lhe reconhecem. Vêm estas modestas reflexões a propósito de algumas insinuações produzidas pela APD e pela UCNOD, sobre um hipotético desinteresse, com recortes marcadamente divisionistas, que teria sido demonstrado por algumas ONG's, entre as quais a FENACERCI, relativamente às actividades programadas por aquelas estruturas para o dia 3 de Dezembro.

Sem querermos alimentar polémicas estéreis em

torno de um assunto menor relativamente aos grandes desafios que se colocam à pessoa deficiente e às Instituições que para e por ela trabalham, parece-nos que este tipo de posições resulta de um conjunto de equívocos que se torna indispensável esclarecer. A bem da verdade e da transparência, pela unidade sim, mas no respeito pelo papel de todos e de cada um.

O Movimento Cerci existe como uma resposta de pais, técnicos e cidadãos deficientes ou não, para os problemas do deficiente mental e tem ao longo dos anos sabido crescer em função de novos caminhos e melhores soluções. Da consciência de que os problemas são ainda muitos e delicados, a FENACERCI, como legítima representante das Cercis deste país, só pode congratular-se com a consagração pela ONU do Dia Internacional do Deficiente, enquanto oportunidade de sensibilização da

opinião pública para a realidade do cidadão diferente. A luta, essa, faz-se todos os dias, com reivindicações justas mas com uma aposta clara numa mudança que tem de passar por uma nova imagem da pessoa com deficiência. Por isso mesmo, mantemos o espírito subjacente àquele dia durante todos os dias do ano.

Um outro equívoco resulta da dicotomia entre organizações de e para deficientes que, de um momento para o outro, parece constituir um dogma que as coloca em campos opostos. Na realidade, o futuro da reabilitação só pode ser construído com uma participação activa e colaborante dumas e doutras, até porque todas elas são legitimadas pela população específica que directa ou indirectamente representam. Daqui resulta que só com um espírito de abertura e partilha se podem construir as bases de um futuro melhor para a

população deficiente, no respeito pela especificidade e individualidade de cada um.

Por todas as razões atrás aduzidas, e muitas mais que seria fastidioso enumerar, a FENACERCI reitera a sua total identificação com o espírito que está subjacente às Comemorações, que é certamente o mesmo da generalidade das ONG's que trabalham no mesmo domínio. E se não houve acções conjuntas que confirmassem este pressuposto, tal facto ficou a dever-se exclusivamente a um processo mal conduzido que, porque não teve na base uma participação alargada que pudesse ter em conta diferentes sensibilidades ou formas de ver e sentir os problemas e as soluções, só podia gerar indisponibilidades.

O objectivo destas linhas não pretende ser um libelo acusatório contra ninguém e da nossa parte colocamos um ponto final no assunto. Até porque o caminho é longo e todos não somos demais para enfrentar os desafios que ainda se deparam ao cidadão deficiente...

Secretário Nacional de Reabilitação, ou a qualquer política governamental.

Recusamo-nos igualmente a crer que se pretenda colocar algumas Associações, num gueto de silêncio.

Agradecemos que seja dado conhecimento desta nossa preocupação a todos os membros do Grupo de Diálogo.

Com os melhores cumprimentos,

ATENTAMENTE  
Amândio Silva Bastos

# Federação Portuguesa de Campismo e Caravanismo

Como é habitual, vimos publicar nesta edição a nova tabela de preços para 1994 respeitante aos serviços prestados pela Federação de Campismo e Caravanismo.

No interesse dos associados, dos serviços da Sede das Delegações, devem os sócios, atempadamente, requisitar as cartas e os selos de campismo, enviando a quantia correspondente ao pretendido, para a sua Delegação ou para:

Associação dos Deficientes das Forças Armadas  
Ao cuidado do S.A.C.  
Av.ª Padre Cruz  
Edifício ADFA  
1600 Lisboa

NOTA: Atendendo ao congestionamento dos serviços que se verifica nas alturas de Verão, não nos responsabilizamos pela demora que possa ocorrer na entrega de cartas de campismo ou selos de revalidação, quando feitos em cima da hora.

### QUOTAS — 1994

#### DE FILIAÇÃO

Até 100 Titulares .....	2000\$00
De 101 a 500 Titulares.....	2800\$00
De 501 a 1000 Titulares.....	6000\$00
Com mais de 1000 Titulares.....	10 000\$00

#### CARTA CAMPISTA NACIONAL

Quota do 1.º ano (Inclui assinatura obrigatória da rev. «Campismo»).....	*1900\$00
Quota anual ou sua substituição por extravio (S/Revista).....	*1100\$00
Quota anual ou sua substituição por extravio (C/Revista).....	*1500\$00
2.ª Via (por extravio, transferência ou averbamento do cônjuge, etc.).....	400\$00

#### CARTA DE MONTANHEIRO

Emissão e Revalidação .....	Gratuita
Seguro Desportivo (obrigatório).....	500\$00

#### CARTA JUVENIL .....

\*850\$00

#### CARNET CAMPING

Emissão e Revalidação .....	1300\$00
-----------------------------	----------

#### URGÊNCIAS AO BALCÃO SOLICITADAS PELAS COLEC. FILIADAS

Entrega no dia seguinte.....	2000\$00
Entrega na altura.....	3000\$00

#### ASSINATURA DA REVISTA «CAMPISMO»

Titulares de Carta Campista Nacional (quando a assinatura não é efectuada na altura da revalidação da C.C.N.) .....	400\$00
Não titulares de Carta Campista Nacional .....	1000\$00
Portes para o envio da revista a residentes no estrangeiro .....	800\$00
Seguro Desportivo facultativo para o cônjuge e filhos menores de 15 anos (não portadores de C.C.N.) .....	200\$00

#### NOTA:

\*Inclui Seguro Desportivo obrigatório para o titular de Carta Campista Nacional

Chama-se a atenção dos filiados para o facto de não ser permitido, regulamentarmente, a passagem de quaisquer tipos de declarações em substituição da Carta Campista Nacional.

# Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho

Tomámos conhecimento, com alguma estranheza, e grande preocupação, de um comunicado, subscrito por alguns representantes de ONG's com assento no Grupo de Diálogo, no qual REPUDIAM FIRME E VEEMENTEMENTE, (sublinhado nosso) a opinião de uma Associação de Deficientes, a A.P.D. e da estrutura superior dos deficientes, a U.C.N.O.D.

Se nem o Governo contesta, (bem pelo contrário) o direito que assiste à população civil organizada, de questionar tal ou tal política, ou a actuação de tal ou tal político, é deveras preocupante que sejam alguns grupos a pôr em causa um direito constitucionalmente consagrado.

O direito de participa-

ção e de crítica, são fundamentais para a construção de uma Sociedade mais justa e humanizada.

Recusamo-nos a acreditar que, com este tipo de actuações, se pretenda instalar um clima gerador de tais receios, que limitem às Associações o direito de manifestarem a sua opinião, sempre que ela seja contrária à actuação do Senhor

# ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE INSUFICIENTES RENAI

Exmo Senhor,  
Em relação à vossa solicitação sobre a resposta a duas questões que nos colocaram: acerca do Dia Internacional do Deficiente e sobre a representação e o relacionamento com o movimento associativo dos deficientes portugueses a nível internacional. O Secretariado Executivo da

APIR entendeu o seguinte:

1 — Dado que essas perguntas estão relacionadas com questões muito melindrosas e que nos últimos meses têm provocado uma polémica estéril que poderá aproveitar a outros que não os deficientes;

2 — Porque o assunto é demasiado sério e merece uma profunda e ponderada

reflexão para evitar ainda maiores prejuízos ao movimento associativo;

3 — Porque a APIR não quer tomar posições precipitadas numa matéria tão importante para a unidade e solidariedade interassociativas.

Assim, o Secretariado Executivo decidiu promover um debate a nível dos

órgãos Directivos da APIR no sentido de definir uma posição clara e inequívoca face a esta questão.

Pelo atrás exposto não nos é possível responder de imediato à vossa solicitação.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Pel'O Secretariado  
Vítor Simões

## SELF SERVICE BAR

Refeições diárias incluindo sábados, domingos e feriados

**HORÁRIOS DE REFEIÇÕES**  
Almoço das 12:00 às 14:00  
**HORÁRIO DO BAR**  
10:00 às 22:30

A refeição: sopa, prato guarnecido, pão e sobremesa — 600\$00  
Frequentar o SELF SERVICE e o bar é implementar e incentivar um serviço que quer de qualidade, ele é para ti, porque tu o mereces.



SALA DE REFEIÇÕES



GESTÃO E EXPLOTAÇÃO DE RESTAURANTES DE EMPRESAS, LDA.



## SERVIÇO DE RESTAURANTE

Serviço diário de almoço e jantares incluindo sábados, domingos e feriados, com o ambiente e qualidade que apostamos, em te proporcionar.

**HORÁRIO DE REFEIÇÕES**  
Almoço das 12:00 às 14:30  
JANTAR das 19:00 às 22:00

Vem e verás que é verdade

No dia 1 de Fevereiro de 1994 deslocou-se a Comissão Parlamentar da Defesa às instalações do Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa e da Sede Nacional da ADFa. A Cruz Vermelha convidou a ADFa para a visita ao Lar Militar e esta fez-se representar pelo 2.º Secretário, Artur Vilares. De igual modo a ADFa convidou a Cruz Vermelha para a visita à Sede e esta fez-se representar pelo seu Secretário-Geral.

A Comissão composta pelos deputados do PS e do PSD, presididos por Miranda Calha, vieram informar-se da situação dos utentes do Lar Militar e dos projectos legislativos da ADFa.

O resultado mais notório desta visita foi o consenso obtido para que o Estatuto do Deficiente Militar fosse aprovado na oportunidade do 20.º aniversário do 25 de Abril.

A problemática que envolve o Lar Militar, nomeadamente sobre se os Serviços Sociais das Forças Armadas devem ou não assumir a sua gestão, esteve também na ordem do dia.

Depois da visita ao Lar Militar, onde almoçaram, os deputados atravessaram a rua e chegaram à ADFa às 14 horas, onde reuniram com os Órgãos Sociais e responsáveis de Serviços.

Terminada a reunião visitaram demoradamente as instalações da Sede.

José Arruda iniciou a sessão com uma alocução onde começou por afirmar que "Neste momento, passados 20 anos, não era possível ao governo a qualquer momento dar as respostas que nós damos..." Quero fazer lembrar Senhores deputados, que nesta mesa se encontram dirigentes da primeira hora, que estão desde há 20 anos juntos, sabem muito bem quando saem daqui o peso da responsabilidade que levam, porque são situações humanas às vezes muito graves."

O presidente da Direcção Central referiu-se seguidamente ao facto de hoje os nossos problemas serem cada vez mais graves, tanto do ponto de vista físico como do ponto de vista profissional e mesmo familiar. No seguimento deste raciocínio referiu-se aos problemas da terceira idade que já começam a afectar alguns dos nossos associados e que cabe à instituição militar e muito particularmente ao Hospital Militar ter em atenção estes problemas.

## OS QUE NÃO ESTÃO CONTEMPLADOS

Falou ainda na injustiça que é o facto de alguns dos nossos sócios que estiveram na guerra, muitos deles de baixo de fogo, e que não são contemplados por nenhuma legislação vendo-se votados, em muitos casos a situações extremamente graves.

Falou também na situação das viúvas cujos maridos têm deficiências inferiores a 60%.

Estes dois casos fazem aliás parte das recomendações a apresentar na 6ª Conferência

Na continuação da sua alocução falou no importante papel das ONG's, uma vez que "o poder não se exerce apenas através dos partidos políticos mas também através da sociedade, pois os políticos não têm resolução para todos os problemas."

A terminar disse que: "É preciso explicar que as pessoas com deficiência não podem ser um peso, pelo contrário deve preparar-se desde o banco da escola a integração das pessoas deficientes."

## EDIFÍCIO ANTISÍSMICO

Artur Vilares, 2º Secretário da Direcção Central, interviu na sua qualidade de responsável do Pelouro da Reabilitação, começou por fazer uma explanação da organização da ADFa. Explicou que o Departamento de Reabilitação tem quatro serviços: o de Projectos, dedicado aos projectos da casa, como a Tipografia-Escola, a Oficina Ortoprotésica, etc.; o Serviço Associativo e Cultural, vocacionado para a área da cultura e de lazer dos nossos sócios; o Serviço de Apoio Médico, que dá apoio médico nas nossas instalações; e o Serviço de Formação Profissional, que organiza cursos para os nossos sócios e também para outros deficientes não sócios.

Um outro Departamento, o de Apoio aos Sócios, dá apoio administrativo e trata

dos processos relativos à deficiência de cada um. O Departamento de Logística, gere o património, todo o sistema de compras e os recursos humanos. O Departamento Financeiro trata da área das finanças a nível nacional. O Departamento de Informática, recentemente criado, está a proceder neste momento à instalação de uma rede informática.

Falou depois da construção da Sede Nacional, que custou cerca de 380 mil contos, mais 80 mil contos de IVA. "O edifício, a sua arquitectura e o seu projecto de execução, em relação à engenharia civil foi bastante simples, propomos aqui uma demonstração pedagógica; é necessário que os poderes públicos, as empresas públicas e as empresas privadas, construam sem barreiras arquitectónicas por um preço reduzido e sem qualquer tipo de materiais especiais. Tudo o que aqui temos é aquilo que existe a nível de mercado, desde os elevadores até ao chão antiderrapante."

A determinado momento, em virtude das obras de construção da rua de acesso à Sede, toda a sala tremia, mostrando-se os deputados preocupados com o que estava a acontecer, Artur Vilares sossegou os parlamentares, garantindo que a construção era antisísmica.

## TRÊS MIL SÓCIOS SÃO GRANDES DEFICIENTES

Passou de seguida a explicar os projectos que existem relativamente ao Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa, começando por afirmar que "o nosso relacionamento institucional com a Cruz Vermelha, é o melhor possível, o Sr director do Lar Militar tem feito um esforço extraordinário nestes últimos anos para o dirigir, o que não é fácil, é muito difícil, existem muitos problemas não tenho dúvidas disso. Penso que a nossa associação, deve dar um contributo excepcional para que o Lar Militar seja visto e seja gerida de outra forma. Nós temos cerca de 3 000 associados com grandes deficiências, (...) esses homens estão numa faixa etária dos 45 anos para a frente, isto quer dizer que embora estejam integrados no seu meio familiar, integrados na sociedade em geral, eu não tenho dúvidas nenhuma que a breve prazo esses homens vão aparecer no Lar Militar e são muitas centenas deles com grandes problemas. Esses homens Senhores deputados são homens da primeira linha dos combates, são homens que sofreram a violência dos combates. Aliados às suas incapacidades físicas têm também traumas psíquicos resultantes da guerra colonial, nós não podemos esquecer isso."

## O LAR MILITAR VAI SER INUNDADO POR GRANDES DEFICIENTES

(...) Penso que a breve prazo o Lar Militar vai-se ver inundado com uma grande massa de grandes deficientes militares (...) esses ho-



Miranda Calha acompanhado pelo presidente da Direcção Central durante a visita às instalações da Sede

mens são os futuros utilizadores do Lar Militar."

Continuando a sua exposição falou na existência de um Grupo de Trabalho constituído por um elemento designado pela Secretaria de Estado da Defesa Nacional, coronel Villa-Lobos, pela ADFa, o dr. Guedes da Fonte e pelo Lar Militar, o coronel Monteiro, director do Lar Militar. "Esses homens fizeram uma análise rigorosa e exaustiva das condições do Lar Militar e penso que o Ministério da Defesa já terá na sua posse algumas conclusões sobre o que se passa no Lar Militar, que deve de ter duas componentes muito importantes:

1ª Deve de ser vista como a residência permanente dos grandes deficientes das forças armadas, sem dúvida nenhuma aquele Lar é a casa deles isso nós não podemos esquecer.

2ª o Lar Militar tem condições extraordinárias para o exercício no campo da fisioterapia. Como os Senhores deputados têm conhecimento, nós desde 1961, até há bem pouco tempo, fazíamos a nossa reabilitação física a nível de próteses e ortóteses no Hospital Militar de Hamburgo, havia um acordo entre as Forças Armadas Alemãs, o Ministério da Defesa Alemão e o nosso Ministério, que nos permitia esse tratamento.

## OFICINA ORTOPROTÉSICA NO LAR MILITAR

O Lar Militar tem condições excepcionais, sob o ponto de vista da sua arqui-

tectura física, que podem em certos aspectos ultrapassar o Hospital Militar de Hamburgo e nós temos também meios humanos capazes, na parte médica de fazer esquecer o Hospital Militar de Hamburgo. Assim sendo nos pensamos que seria útil criar dentro das instalações do Lar Militar uma Oficina ortoprotésica. É um investimento que não fica muito caro, nós calculamos que seja da ordem dos 20 mil contos, (...) mas esse investimento vai permitir ao Ministério da Defesa poupar largas

3º e por último penso que será também um prestígio para as nossas Forças Armadas para os nossos médicos militares e uma grande oportunidade para a Associação dos Deficientes das Forças Armadas como organização não governamental de colaborar decisivamente com os poderes públicos para criar estas condições excepcionais.

O Lar Militar deve obedecer a essas duas componentes sem pôr em causa a brilhante gestão da Cruz Vermelha tem feito ao longo destes anos.

**Depois de apreciar as potencialidades dos Deficientes Militares, no momento a estabilidade sócio-laboral é posta em causa e objectivos da ADFa.**

**Aceite consensualmente, por sugestão, a possibilidade de aprovação do Estatuto do Deficiente Militar no 25 de Abril, ou da ADFa.**

dezenas milhares de contos que por ano são gastos na ida dos deficientes militares a Hamburgo, com as seguintes vantagens:

1º temos oportunidade de fazer movimentar uma estrutura exemplar

2º temos oportunidade também de transmitir aos nossos parceiros comunitários que temos em Portugal estruturas físicas e meios humanos suficientes e capazes de pôr em marcha uma estrutura deste género.

Também pensamos que o Lar Militar ficaria muito mais bem entregue provavelmente aos Serviços Sociais das Forças Armadas, que já estão vocacionados para gerir o Lar Militar, pois também já fazem a gestão do Lar Militar de Runa. (...) a Associação dos Deficientes das Forças Armadas não tem pretensão nenhuma na gestão do Lar, mas tão somente dar-mos a nossa opinião pela experiência que nós temos nesta matéria para que aquilo seja um serviço exemplar.



No Salão de entrada da Sede, os deputados são recebidos pela Direcção Central

# SSÃO PARLAMENTAR DE DEFES



Miranda Calha acompanhado pelo presidente da Direcção Central durante a visita às instalações da Sede

mens são os futuros utilizadores do Lar Militar.”

Continuando a sua exposição falou na existência de um Grupo de Trabalho constituído por um elemento designado pela Secretaria de Estado da Defesa Nacional, coronel Villa-Lobos, pela ADFA, o dr. Guedes da Fonte e pelo Lar Militar, o coronel Monteiro, director do Lar Militar. “Esses homens fizeram uma análise rigorosa e exaustiva das condições do Lar Militar e penso que o Ministério da Defesa já terá na sua posse algumas conclusões sobre o que se passa no Lar Militar, que deve de ter duas componentes muito importantes:

1ª Deve de ser vista como a residência permanente dos grandes deficientes das forças armadas, sem dúvida nenhuma aquele Lar é a casa deles isso nós não podemos esquecer.

2ª o Lar Militar tem condições extraordinárias para o exercício no campo da fisioterapia. Como os Senhores deputados têm conhecimento, nós desde 1961, até há bem pouco tempo, fazíamos a nossa reabilitação física a nível de próteses e ortóteses no Hospital Militar de Hamburgo, havia um acordo entre as Forças Armadas Alemãs, o Ministério da Defesa Alemão e o nosso Ministério, que nos permitia esse tratamento.

## OFICINA ORTOPROTÉSICA NO LAR MILITAR

O Lar Militar tem condições excepcionais, sob o ponto de vista da sua arqui-

tectura física, que podem em certos aspectos ultrapassar o Hospital Militar de Hamburgo e nós temos também meios humanos capazes, na parte médica de fazer esquecer o Hospital Militar de Hamburgo. Assim sendo nos pensamos que seria útil criar dentro das instalações do Lar Militar uma Oficina ortoprotésica. É um investimento que não fica muito caro, nós calculamos que seja da ordem dos 20 mil contos, (...) mas esse investimento vai permitir ao Ministério da Defesa poupar largas

3º e por último penso que será também um prestígio para as nossas Forças Armadas para os nossos médicos militares e uma grande oportunidade para a Associação dos Deficientes das Forças Armadas como organização não governamental de colaborar decisivamente com os poderes públicos para criar estas condições excepcionais.

O Lar Militar deve obedecer a essas duas componentes sem pôr em causa a brilhante gestão da Cruz Vermelha tem feito ao longo destes anos.

**Depois de apreciar as potencialidades do Lar Militar, com condições excepcionais para os Deficientes Militares, no momento em que a idade avança, as sequelas da guerra e a estabilidade sócio-laboral é posta em causa, os parlamentares inteirados e objectivos da ADFA.**

**Aceite consensualmente, por sugestão de um deputado, e em articulação com o Governo, a possibilidade de aprovação do Estatuto de Deficiente Militar, por ocasião do Aniversário do 25 de Abril, ou da ADFA, em 14 de Maio**

dezenas milhares de contos que por ano são gastos na ida dos deficientes militares a Hamburgo, com as seguintes vantagens:

1º temos oportunidade de fazer movimentar uma estrutura exemplar

2º temos oportunidade também de transmitir aos nossos parceiros comunitários que temos em Portugal estruturas físicas e meios humanos suficientes e capazes de pôr em marcha uma estrutura deste género.

Também pensamos que o Lar Militar ficaria muito mais bem entregue provavelmente aos Serviços Sociais das Forças Armadas, que já estão vocacionados para gerir o Lar Militar, pois também já fazem a gestão do Lar Militar de Runa. (...) a Associação dos Deficientes das Forças Armadas não tem pretensão nenhuma na gestão do Lar, mas tão somente dar-mos a nossa opinião pela experiência que nós temos nesta matéria para quê aquilo seja um serviço exemplar.

(...) Nós não temos dúvidas nenhuma que o Lar Militar pode dar um apoio inesquecível aos nossos deficientes civis, mas enquanto durarem as mazelas do conflito colonial, seria muito bom que os deficientes militares tivessem absoluta prioridade.”

E a terminar afirmou que “ninguém nos garante que quando eu vestir as minhas próteses e tiver de galgar os degraus do meu andar e não conseguir porque estou numa cadeira de rodas, eu sei qual tenho de pedir “asilo” no Lar Militar para aí ficar.”

Criticou seguidamente a existência de uma oficina tipográfica no Lar Militar e defendeu que os Centros de Produção devem de estar fisicamente afastados.

## BARREIRAS CULTURAIS DA INTEGRAÇÃO

Falou seguidamente Pauleia Mendes, 1.º Secretário da Direcção Central e responsável do Gabinete de Informação e Relações Públicas

Focou a temática da informação e das barreiras culturais da integração deficientes. Começou por referir que a reintegração é um sistema de carácter permanente que não se extingue, “resolvido um abre-se outro” e citou a

a grande reviravolta que a Administração Pública tinha que levar não se fazia nem com coxos nem com marrecos”. Ainda que por semântica se chame coxo ou marreco a indivíduo que é incapaz ou improdutivo, a conotação existe sempre; é improdutivo não é eficiente, há uma grande conotação entre a deficiência e a incapacidade laboral”.

A terminar afirmou que “ao nível legislativo é importante que saiam leis, embora saibamos que séculos de cultura não se alteram nem por decreto, nem em três semanas, é necessária uma permanente afinação de estratégias para que o artigo 71º da Constituição seja cumprido, porque a Sociedade não é só para alguns, é para todos!”

## LEGISLAÇÃO RECOMENDA-SE

Falou em seguida António Carreiro, na condição de membro da Comissão de Assuntos Internacionais, sobre as relações internacionais no âmbito da FMAC e da cooperação com os PALOP's.

Começou por explicar o organograma e os objectivos estatutários da FMAC, e que a mesma agrupa organizações de 65 países em todo o mundo

Passou de seguida à explanação do que se pretende com a 6ª Conferência In-

ternacional sobre Legislação, lembrou que as recomendações apresentadas pela ADFA na 5ª Conferência, em Varsóvia, foram em grande parte implementadas pelo Governo Português e que o saldo se podia considerar positivo. Informou que as propostas a apresentar na 6ª Conferência a realizar no próximo mês de Março, em Lisboa, visam em certa medida complementar as anteriores se bem que algumas sejam novas.

Quanto aos PALOP's, a ADFA tem implementado a cooperação, sobretudo desde Maio de 90, altura em que se realizou a Conferência dos Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, no decorrer da qual os congressistas homenagearam os mortos de guerra dos quatro países. António Carreiro considerou este acontecimento algo de extraordinário pois, num tempo tão curto, 16 anos, os antigos inimigos confaternizavam, acto que os americanos consideram inacreditável, pois ainda não conseguiram fazer o mesmo relativamente ao Vietname, nem os franceses relativamente à Argélia.



No Salão de entrada da Sede, os deputados são recebidos pela Direcção Central

(...) Nós não temos dúvidas nenhuma que o Lar Militar pode dar um apoio inestimável aos nossos deficientes civis, mas enquanto durarem as mazelas do conflito colonial, seria muito bom que os deficientes militares tivessem absoluta prioridade."

É a terminar afirmou que "ninguém nos garante que quando eu vestir as minhas próteses e tiver de galgar os degraus do meu andar e não conseguir porque estou numa cadeira de rodas, eu sei calhar tenho de pedir "asilo" no Lar Militar para aí ficar."

Criticou seguidamente a existência de uma oficina tipográfica no Lar Militar e defendeu que os Centros de Produção devem de estar fisicamente afastados.

## BARREIRAS CULTURAIS DA INTEGRAÇÃO

Falou seguidamente Patuleia Mendes, 1.º Secretário da Direcção Central e responsável do Gabinete de Informação e Relações Públicas.

Focou a temática da integração e das barreiras culturais da integração deficientes. Começou por referir que a reintegração é um sistema de carácter permanente que não se extingue, "resolvido um abre-se outro" e citou a

a grande reviravolta que a Administração Pública tinha que levar não se fazia nem com coxos nem com marrecos". Ainda que por semântica se chame coxo ou marreco a indivíduo que é incapaz ou improdutivo, a conotação existe sempre; é improdutivo não é eficiente, há uma grande conotação entre a deficiência e a incapacidade laboral".

A terminar afirmou que "ao nível legislativo é importante que saiam leis, embora saibamos que séculos de cultura não se alteram nem por decreto, nem em três semanas, é necessária uma permanente afinação de estratégias para que o artigo 71.º da Constituição seja cumprido, porque a Sociedade não é só para alguns, é para todos!"

## LEGISLAÇÃO RECOMENDA-SE

Falou em seguida António Carreiro, na condição de membro da Comissão de Assuntos Internacionais, sobre as relações internacionais no âmbito da FMAC e da cooperação com os PALOP's.

Começou por explicar o organograma e os objectivos estatutários da FMAC, e que a mesma agrupa organizações de 65 países em todo o mundo

Passou de seguida à explanação do que se pretende com a 6.ª Conferência In-

## TODOS TÊM DIREITO A INDENIZAÇÃO

Jorge Maurício, responsável da Comissão que está a redigir as recomendações a apresentar à 6.ª Conferência, começou por afirmar que nunca nenhum governo considerou injustas as reivindicações dos DFA's, mas que colocam sempre muitos problemas à sua aplicação prática. Como exemplo lembrou o que aconteceu, em 1976, com o Dec. lei 43/76, que foi aprovado pelo Conselho da Revolução e que depois tinha de ser aprovado em Conselho de Ministros e onde o Ministro das Finanças afirmou que podiam aprovar o decreto, mas que ele não tinha dinheiro para pagar.

Continuou dizendo que: "Nós queríamos nessa altura que fossem contemplados como DFA's quer os deficientes com acidentes em campanha, quer os deficientes com acidentes em serviço, porque uma guerra não pode apenas contemplar as mazelas dos indivíduos que estiveram na frente, porque existe toda uma cadeia que tem de funcionar na retaguarda e à meia distância, para que determinados homens possam estar na frente. Portanto, quase é uma questão de "sorte" ter ficado deficientado em campanha, se o indivíduo tem o azar de ter tido uma deficiên-



Na varanda panorâmica da Sede, os parlamentares desfrutam a paisagem que dali se observa

## OS DEPUTADOS SAÍRAM SENSIBILIZADOS

Terminadas as intervenções os deputados passaram a fazer algumas perguntas. Miranda Calha agradeceu a forma como foram recebidos os deputados e prometeu que a Comissão se iria debruçar sobre a legislação proposta.

José Lello, do PS, afirmou sair sensibilizado, motivado e enriquecido desta reunião e interrogou a Direcção sobre a forma como pretendia implementar a cooperação com os PALOP's. Ao que Artur Vilares respondeu que seria sobretudo através do intercâmbio ao nível ortoprotésico, nomeadamente em colaboração com o CRPG. Esta acção já deveria ter começado, mas a guerra em Angola tem impedido a sua implementação no terreno.

Patuleia Mendes disse que há também dificuldades em saber quem é o interlocutor válido, uma vez que as associações de Deficientes nos PALOP's só há muito pouco tempo se começaram a organizar. No entanto temos o apoio de Bruxelas para implementar este tipo de cooperação.

## DAR LIÇÕES AO MUNDO

Marques Júnior, afirmou ser o trabalho da ADFA extraordinário, sem pieguices. Disse ainda ser um acto de mais profunda justiça para com os DFA's reconhecer os seus direitos. Disse ainda que o nosso trabalho com os PA-

cia quando estava em Stª Margarida a preparar-se para ir para a frente ou então no caminho do seu quartel para o mato, vê a sua pensão reduzida a um quantitativo muito menor.

## OS VETERANOS DA GRANDE GUERRA FICARAM NA MISÉRIA

Nós entendemos a pensão como uma indemnização, ela visa essencialmente suprir os danos que o deficiente tem. A pensão não pode por isso comparar-se com um vencimento mas sim como uma reparação que é paga pela nação para indemnizar os prejuízos causados ao indivíduo na situação de serviço militar.

Lembrou depois que os deficientes da Grande Guerra estavam em condições miseráveis em 1976 com reformas de apenas 100\$00.

Reivindicou seguidamente a aprovação na Assembleia da República, e fez votos de que essa aprovação fosse por unanimidade, do Estatuto do Deficiente Militar, para que não aconteça a nós, o que aconteceu aos Veteranos da Grande Guerra no "outro regime".

LOP's dá lições ao mundo. Sugeriu que por ocasião do 20.º Aniversário do 25 de Abril e da ADFA fosse aprovado o Diploma que regulamentará o Estatuto do Deficiente Militar

Correia de Jesus do PSD, mostrou-se particularmente sensível à problemática da eliminação das Barreiras Cul-

turais da Integração, afirmando que é muito importante que não haja fenómenos sociais de exclusão. Afirmou ainda que os deputados do PSD apoiarão o Diploma e mostrou disponibilidade para continuar o diálogo e "mais do que isso, pois as coisas não se fazem só com palavras, mas com obra feita".

No dia 1 de Fevereiro de 1994 descolou-se a Comissão Parlamentar da Defesa às instalações do Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa. No Lar Militar foram os deputados recebidos pelo presidente da Cruz Vermelha Portuguesa, pelo seu Secretário-Geral e pelo director do Lar Militar, coronel Monteiro.

A Direcção da ADFA foi convidada a acompanhar esta visita, e fez-se representar pelo 2.º Secretário da Direcção Central, Artur Vilares. Antes da visita houve uma reunião onde o presidente da CVP fez uma explanação sobre os serviços e organização do Lar, e afirmou que o mesmo carece de auxílio, pois há muito trabalho a realizar.

O coronel Monteiro informou que o Lar tem 50 internados, dos quais 32 são militares e 17 civis. A lotação do Lar permite no entanto mais 20 camas, acrescentou.

Afirmou também que os deficientes civis estão no Lar a título precário. Miranda Calha, presidente da Comissão, perguntou se tinham corpo clínico a tempo inteiro, ao que foi respondido existir um médico, dois enfermeiros e um fisioterapeuta.

A uma outra pergunta, de Marques Júnior, sobre se a existência de 100 trabalhadores no Lar não seria um número exagerado, foi respondido que, 30 são militares que ali estão destacados e que outros 8 são trabalhadores da tipografia.

A terminar o presidente da C.V.P. afirmou que os Deficientes das Forças Armadas não iriam gostar de ter duas tutelas, referindo-se à eventualidade de os Serviços Sociais das Forças Armadas poderem vir a assumir parte da responsabilidade na gerência do Lar Militar.

Seguiu-se a visita às instalações que terminou com um almoço servido no refeitório.

Da parte da tarde os deputados atravessaram a rua e iniciaram os trabalhos na Sede Nacional da ADFA, com uma reunião que se realizou na Biblioteca



Os membros da Comissão Parlamentar da Defesa na reunião no Lar Militar

ades do Lar Militar, com condições excepcionais para o trabalho em que a idade avança, as sequelas se agravam e a saúde em caua, os parlamentares inteiram-se dos projec-

stio de um deputado, e em articulação com o Governo para a aprovação do Estatuto de Deficiente Militar, por ocasião do 20.º Aniversário da ADFA, em 14 de Maio

propósito uma palavra de ordem "Reivindicar é Informar" e que neste sentido a ADFA tem tanto quanto possível, "abalado" a opinião pública e os poderes instituídos de diversas formas, mas especialmente nas páginas do "ELO", que tem mantido uma longevidade invejável no parque redactorial português, quase 20 anos, onde é já uma referência. Através dele não só unimos os sócios como também enviamos os nossos "recados" ao poder instituído.

Falou depois das barreiras culturais à integração do deficiente, que são bem mais graves que as arquitectónicas e alisou a conotação que se faz sempre entre o que é mau e a deficiência; "o diabo é sempre um indivíduo corcunda feio, baixo..." Deus que te marcou algum mal te encon-

Há sempre uma relação muito séria entre a deficiência e aquilo que é mau; um indivíduo que não sabe fazer nada de jeito é um ceguinho, é coxo, é o marreco, e isto passa de geração em geração, começa na escola e às vezes chega a limites graves como aconteceu com as palavras ditadas por um autarca, numa reunião da Assembleia Nacional dos Municípios, onde afirmou "que nesta viragem do século

ternacional sobre Legislação, lembrou que as recomendações apresentadas pela ADFA na 5.ª Conferência, em Varsóvia, foram em grande parte implementadas pelo Governo Português e que o saldo se podia considerar positivo. Informou que as propostas a apresentar na 6.ª Conferência a realizar no próximo mês de Março, em Lisboa, visam em certa medida complementar as anteriores se bem que algumas sejam novas.

Quanto aos PALOP's, a ADFA tem implementado a cooperação, sobretudo desde Maio de 90, altura em que se realizou a Conferência dos Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, no decorrer da qual os congressistas homenagearam os mortos de guerra dos quatro países. António Carreiro considerou este acontecimento algo de extraordinário pois, num tempo tão curto, 16 anos, os antigos inimigos confaternalizavam, acto que os americanos consideram inacreditável, pois ainda não conseguiram fazer o mesmo relativamente ao Vietname, nem os franceses relativamente à Argélia.

## 20 ANOS DEPOIS

Porto, 4 de Dezembro 1993

Quando estávamos na flor da mocidade eram os anos 60, fazíamos projectos para o futuro, os quais tiveram que ser adiados, porque o País estava em guerra no ex-Ultamar. Quando éramos chamados para o Serviço Militar, só nos restavam três hipóteses, gostávamos, fíamos contrariados ou fujamos. Nós não pedimos o Serviço Militar, este era uma imposição da nação para com os jovens. Não pedimos a guerra, esta foi-nos imposta pelos governantes em nome da Nação. Tendo em conta que só ia para o Serviço Militar quem era saudável. Todos nós que cumprimos o Serviço Militar éramos saudáveis. E quando regressámos a casa todos éramos como antes. Não, não somos, uns contraíram doenças, outros ficaram sem alguns dos seus membros, outros sofreram outras mazelas, que estão marcadas para sempre, tudo em nome da Nação.

Todos os militares daquele tempo sofreram os efeitos da situação, mesmo aqueles que não foram ao ex-Ultamar. Como todos nós sabemos a instrução era para nos preparar para a guerra, que por si só era violenta, quantos de nós só não foram para a guerra porque já tinham so-

frido acidentes na instrução e contraído deficiências permanentes. Outros foram para a guerra imposta em nome da Nação e ficaram deficientes, uns no palco da guerra, outros em terrenos mais moderados mas todos nós quer na instrução, quer mesmo na guerra ou noutros casos foi sempre em situações impostas em defesa da Pátria.

Todavia, ao fim de quase 20 anos de vida da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, ainda temos muitos problemas por resolver, sei que uns são difíceis outros serão menos difíceis, mas também sei que por vezes não existe vontade de quem nos governa e por outro lado poucas pressões de quem nos dirige para a resolução dos nossos problemas.

Julgo não haver razão para que os dirigentes em serviço estejam abrangidos pelo estatuto da função pública, todos nós que até nem fomos voluntários nem profissionais, fomos para o Serviço Militar em obrigação, segundo as leis do País ninguém pode ser prejudicado quando o Serviço Militar. Não podemos esquecer que os deficientes considerados em serviço estão a ser prejudicados e a Nação está em dívida para com estes deficientes.

Na verdade, que já há bastante tempo se fala nesta casa no projecto de um estatuto

para o deficiente Militar, quanto julgo saber foi nomeada uma comissão a nível nacional para esse efeito esta comissão deu o trabalho por concluído, fez a sua entrega à Direcção Central. Mas até hoje não se fala no referido documento será que a Direcção Central o fechou em alguma gaveta e se esqueceu. Daqui faço uma pergunta à Direcção central para quando a sua discussão. Será que após a sua discussão e aprovação e eventual aceitação do mesmo pelo Governo. Será que os nossos problemas ficarão resolvidos? Julgo que não.

Os problemas que todos nós sentimos quer os que estão em Campanha, ou de serviço, ou os que ainda não estão abrangidos por qualquer legislação e as viúvas que após a morte do deficiente não têm qualquer assistência ou pensão e os nossos filhos, que também sofrem com as nossas neuroses provocadas pela guerra ou por quantidade excessiva de medicamentos.

Todos nós desde o grande deficiente ao pequeno deficiente desde o de Campanha, serviço, viúvas e mesmo aqueles que ainda não foi encontrada legislação para que fosse abrangido. Dizia eu, todos nós temos de nos unir e dar as mãos uns aos outros, que com o passar do tempo

torna-se mais difícil conseguir seja o que for. Bem sabeis que já temos mais uns anos, estes pesam, temos menos mobilidade, as nossas deslocações tornam-se mais difíceis. Para além deste factor, temos outros, que cada dia que passa somos menos e mais fracos. Os nossos governantes estão à espera que isto aconteça, sendo certo que a seguir encontramos todas as portas fechadas.

Quero com isto dizer que temos de estar bem atentos e não adormecer, temos que lutar pelos nossos direitos e sempre unidos quer sejamos em Campanha ou em serviço, ou outros que ainda não estejam abrangidos.

Temos que exigir da Nação as nossas compensações em relação aquilo que éramos antes do Serviço Militar e o que somos hoje por servir a Nação.

Penso que não será demais pedir à Direcção Central que leve para a 6ª Conferência da FMAC as preocupações de todos nós que além das que vou enumerar haverá outras.

AS VIÚVAS

Os deficientes em serviço  
Os deficientes que ainda não têm legislação que os abranja

Os tempos de revisão dos processos dos deficientes em serviço

Os escalões para todos os deficientes Militares

A insenção das propinas para os filhos de todos os deficientes Militares

Que as pensões sejam consideradas como indemnização e isentas de quaisquer impostos

A reintegração dos deficientes no mundo do trabalho, ou seja uma cota obrigatória de deficientes nas empresas.

Estes são alguns dos muitos problemas que nos afectam

Pereira Lopes

Sócio da ADFA n.º 6041

## A ASSEMBLEIA GERAL DA DELEGAÇÃO DO PORTO

### Aprovado o Relatório de Actividades e Contas



A Assembleia Geral da Delegação reuniu Ordinariamente, no passado dia 19 de Fevereiro de 1994, para cumprir o procedimento nos Estatutos da nossa Associação, isto é, apreciar e votar o Relatório de Actividades e Contas da Direcção da Delegação, assim como o parecer do Conselho Fiscal, relativamente ao ano findo.

Estiveram presentes 26 associados, que primeiramente escutaram as exposições do Presidente e Tesoureiro da Direcção, respectivamente, sobre o relatório de actividades e as contas.

Intervieram alguns sócios, quer manifestando o apoio ao trabalho desenvolvido pela equipa Directiva quer colocando algumas questões que, no seu entender, necessitam de correcção e aperfeiçoamento.

Findo o debate, os documentos em apreciação foram postos à votação, tendo sido aprovados por unanimidade dos presentes.

Foi ainda votado e aprovado por maioria, um voto de louvor e agradecimento à Direcção pela sua actividade do ano findo, assim como pela forma clara e transparente como apresentou o relatório de actividades e contas, só possível pelo elevado espírito de sacrifício e militância da mes-

ma, numa época em que os actos de sacrifício e de humanidade são cada vez mais desvalorizados em favor da frieza dos números.

Antes do encerramento da Assembleia, foi dado um período para outras informações de interesse associativo. Intervieram alguns associados para apresentação de assuntos diversos, destacando-se a que se prendeu com os factos relacionados com um acidente de viação que envolveu dois associados aquando de uma deslocação à Delegação de V.N. de Famalicão, para discussão de um projecto de revisão em 1990.

Os trabalhos finalizaram, dando lugar a uma amena conversação entre diversos associados.

#### APOIO AOS SÓCIOS NA COMPRA DE VIATURAS

A Delegação mantém em funcionamento um serviço para apoio aos sócios que pretendam adquirir viatura própria.

Este serviço, que funciona em articulação com uma empresa do ramo automóvel, permite facilitar a compra aos sócios que se encontram abrangidos pela legislação em vigor e que, por isso, beneficiam da Isenção de Impostos.

Através deste serviço é

possível adquirir as viaturas de qualquer marca e modelo, em condições de simplificação burocrática.

Os interessados deverão contactar o G.A.O.S. pessoalmente ou através do telefone n.º 820403.

#### CONSULTAS ORTOPROTÉSICAS

#### NO HOSPITAL MILITAR N.º 1 DO PORTO

O Serviço de Medicina Física de Reabilitação do Hospital Militar N.º 1 do Porto assiste aos deficientes militares que necessitam de ajudas técnicas (próteses, ortóteses e outros componentes), através de um plano de consultas que a seguir se indica:

JANEIRO	12 e 26
FEVEREIRO	09 e 23
MARÇO	09 e 30
ABRIL	13 e 27
MAIO	11 e 25
JUNHO	08 e 29

Nestas consultas encontra-se presente um técnico ortoprotésico do Centro de Reabilitação da ADFA de V.N. Gaia para dar apoio nas respectivas prescrições.

Qualquer sócio que tenha alguma dificuldade relativamente a estas consultas poderá contactar o G.A.O.S. da Delegação.

## Reunião dos Órgãos Sociais da Delegação do Porto

Reuniram no dia 5 de Fevereiro, como é habitual dos primeiros sábados de cada mês, os elementos dos Órgãos Sociais da Delegação e, os por esta eleitos, ao Conselho Nacional. Presentes, também, o Presidente e o Primeiro Secretário da M.A.G.N. a convite, a esta dirigido, pela Mesa da Delegação.

Esteve em análise o desenvolvimento das actuais questões associativas, locais e nacionais.

- 6.ª Conferência da FMAC sobre Legislação;
- Monumento aos Combatentes;
- Assembleia Geral da Delegação;
- Comemorações de 25 de Abril;
- Revisão Estatutária.

Relativamente à realização da 6.ª Conferência, o Presidente da M.A.G.N., Couceiro Ferreira, explanou todo o processo de preparação e organização.

Salientou que as propostas de recomendação trabalhadas pela Delegação, mereceram a aceitação global e irão, conjuntamente com outras, no total de 8 apresentadas pela ADFA, ser presentes à Conferência.

Relativamente à preparação e participação da Associação nos trabalhos da Conferência, disse não ser ainda conhecida a nossa representação. Por tal motivo, não poderia informar qual o

desempenho que, a esta Delegação, competiria.

Esta constatação deixou todos os presentes preocupados, tendo sido manifestado o desejo de que a M.A.G.N. desenvolvesse os melhores esforços para que, no mais curto espaço de tempo, tal viesse a ser clarificado.

Relativo ao Monumento aos Combatentes foi feita uma explanação, pelo Presidente da M.A.G.N., desde a origem do processo até aos factos ocorridos durante e na sequência da sua inauguração. Os elementos da Delegação, presentes na Cerimónia e na reunião que, na Sede, se lhe seguiu, complementaram as informações prestadas.

Da análise dos factos apresentados surgiu uma proposta dirigida à M.A.G.N., que visa ser incluída no próximo C.N.

Esta proposta aponta para a elaboração de um documento que sirva de orientação à participação da ADFA em futuras iniciativas com outras Instituições, de forma a acautelar os princípios e valores que nos têm norteado.

Foi, também, solicitado ao Presidente da M.A.G.N., os bons ofícios, junto do Jornal «ELO», no sentido de nele ser publicada a memória descritiva da concepção do Monumento aos Combatentes e, junto da Direcção Central, o envio desta a todas as Delegações.

Foi dado o conhecimento dos relatórios de actividades e contas a apresentar à próxima A.G.D.. Foi manifestado o agrado geral pelos resultados obtidos, quer na gestão económica quer na gestão meramente associativa, tendo sido realçado o êxito das reuniões e contactos com os sócios.

A Direcção da Delegação manifestou-se interessada numa mais activa participação nas comemorações do 25 de Abril, no que foi apoiada por todos os presentes. Ficou aberta a iniciativas próprias e de outras Instituições, bem como à participação conjunta, especialmente com a Associação 25 de Abril.

Para finalizar a agenda em análise, os representantes da M.A.G.N. expuseram o processo relativo à revisão estatutária, tendo afirmado grande empenho no incentivar desta e das outras Delegações, para que a revisão se processe de acordo com o calendário apresentado e aprovado no último C.N.

De salientar que os pontos agendados — comemorações 25 de Abril e revisão estatutária — foram discutidos com a participação aberta aos associados.

Porto, 21 de Fevereiro de 1994

OS ÓRGÃOS SOCIAIS  
A M.A.G.D.

# CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA

## PLANO DE ACTIVIDADES

1994

## DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

■ Continuação do trabalho de projecto «C.R.P.G. Empresa que Aprende»

Objectivos:

— Continuar o trabalho de estruturação funcional do Centro.

— Explicitação dos diversos projectos do Centro junto de todas as equipas e grupos.

— Promover a melhor sinergia e complementaridade entre eles.

— Fazer um balanço do trabalho desenvolvido.

— Planificar a execução dos objectivos institucionais.

— Desenvolver competências de regulação e auto-desenvolvimento organizacional.

■ Acções de formação previstas nos Projectos HORIZON.

■ Realização de um Seminário.

■ Reuniões de trabalho periódicas.

■ Reestruturação de Unidade de Formação Profissional

— Criação da Equipa de Colocação e Acompanhamento

■ Criação de uma UNIVA

■ Estruturação do programa de desenvolvimento de competências de Emprego.

— Criação da figura de Técnicos de Formação para apoiar monitores e formandos na gestão dos processos e percursos individuais de formação.

1 — Área Tecnológica

1 — Área de Administração e Gestão e Readaptação ao Trabalho.

1 — Restantes áreas de formação/artesanalas.

— tecelagem/arraiolos

— costura

— estofos

■ Edição mensal do «Flash C.R.P.G.» — boletim informativo mensal do Centro

PROGRAMAS ESTRUTURADOS

■ Avaliação/Orientação

— Instalar a Unidade — espaços e equipamentos

— Realização de 80 processos de avaliação/orientação

— Informatização dos procedimentos técnicos e administrativos da Unidade

■ Formação Profissional

— Execução do plano de formação para 1994

— Reestruturar e reequipar as áreas de formação

tendencialmente dirigidas a deficientes mentais.

— Desenvolver a componente formação em posto de trabalho, nomeadamente ao nível das acções de formação com níveis de qualificação mais baixos.

— Melhorar a intervenção do Centro no domínio da colocação profissional e acompanhamento inicial da integração.

— Desenvolver acções específicas visando aumentar as oportunidades de emprego.

— Desenvolver programa de utilização da informática na formação profissional de deficientes mentais.

■ Engenharia da Reabilitação

— Alargamento do leque de produção e comercialização de ajudas técnicas.

— Desenvolvimento da área das ajudas técnicas profissionais e adaptação de postos de trabalho.

— Estabelecimento de formas articuladas de intervenção com entidades/clientes dos serviços, nomeadamente Segurança Social, Hospitais e Companhias de Seguro.

— Conclusão da informatização dos procedimentos técnicos e administrativos da Unidade.

■ Reabilitação Funcional

— Desenvolver a intervenção do Centro nesse domínio.

■ espaços

■ equipamentos

■ organização do

trabalho dos técnicos, definindo papéis e formas de articulação com outras equipas.

PROJECTOS ESPECIAIS

■ Projectos HORIZON

— P 35 Avaliação/Orientação

— P 36 Engenharia de Reabilitação conclusão dos projectos, conforme cronogramas

— P37 Engenharia de Formação

— Centro de Informação e Aconselhamento HANDYNET — divulgar o Centro de Informação

— participar nas acções preparadas pela Coordenação Europeia e Nacional

■ prestar serviços

de informação e consultoria

■ Programa LINGUA

— Preparar 1 projecto de intercâmbio para 1994

■ Programa FORCE

— Preparar 1 projecto no domínio da formação contínua à distância

— Preparar 1 projecto no domínio da formação de formadores

■ Programa ELIOS

— Participação nas Actividades de Troca de Experiências — área da Readaptação Funcional.

PROJECTOS EM FASE DE APRECIACÃO

■ Rede «Ciência, Inovação e Tecnologia» — S.N.R.

Projecto:

Produção de Calçado e Palmilhas Ortopédicas Assistida por Computador

Parcerias:

— INES

— INEB

— Hospital de Santo António

■ FORMEM

— Continuação do exercício do mandato da Presidência da Direcção.

— Participação activa nos projectos a implementar pela FORMEM:

— no âmbito do Programa HORIZON

— «Formação de Técnicos e Dirigentes das Estruturas de Reabilitação Profissional»

■ no âmbito da Confederação Europeia do Emprego para Deficientes — com o apoio do Programa HELIOS

— Seminário «Deficiência e Orientação Vocacional — Desenvolvimentos num Contexto de Mudança»

INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

■ Conclusão das obras previstas para instalação do Centro

— Pacote de trabalhos já concursado

— Obras constantes dos Projectos HORIZON, em fase de autorização

— Realização de adaptações eventualmente necessárias no edifício 2

— Construção das instalações para a área de Restauro e Limpeza.



## CRPG integra a Direcção do INEB

Conforme informação dada oportunamente o CRPG foi admitido em Julho de 1993 como sócio do INEB — Instituto Nacional de Engenharia Biomédica. Em Assembleia Geral efectuada em Janeiro passado o Centro foi eleito para a Direcção do mesmo, conjuntamente com o Hospital de S. João e a Universidade do Porto, para o biênio 1994/1995.

Órgãos Sociais do INEB:

**Direcção**  
Universidade do Porto  
Hospital de S. João  
Centro de Reabilitação Profissional de Gaia

**Assembleia Geral**  
Hospital Geral de St.º António  
Comissão Coordenação Região Norte  
Centro de Performance Humana

**Conselho Fiscal**  
Centro Hospitalar de Gaia  
Instituto Português de Oncologia — Centro do Porto Artur Salgado

O INEB tem desde o início do ano uma nova estrutura organizativa:

**Direcção Executiva**  
Área de Investigação  
Área de Desenvolvimento Tecnológico  
Área de Gestão

O INEB é uma associação científica e técnica, sem fins lucrativos, com sede na cidade do Porto. Foi constituído em 1989 pelos seguintes membros fundadores: Universidade do Porto, Comissão Coordenadora da Região Norte, Serviço de Utilização Comum dos Hospitais, Hospital Geral de Santo António, Hospital de S. João, Hospital de Vila Nova de Gaia, e ainda empresas dos sectores eléctrico, electrónico, instrumentos médicos e biomateriais.

Os objectivos do INEB são investigação e desenvolvimento, e formação em todos os domínios da Engenharia Biomédica. Funciona como interface entre a investigação na Universidade e os sectores empresarial e de saúde.

Inclui uma equipa de investigação pluridisciplinar, desde engenheiros, clínicos, físicos, biólogos, químicos e matemáticos, totalizando para cima de 50 investigadores.

As actividades de investigação e desenvolvimento da Equipa do INEB estão centradas em vários domínios da Engenharia Biomédica.

Os projectos de investigação envolvem áreas como: instrumentação electrónica, informática médica, aplicações ópticas, próteses ortopédicas e dentais, imunologia, os quais produzem várias aplicações práticas para hospitais assim como contratos com empresas.

A actividade do INEB tem o apoio de várias instituições Portuguesas (INIC, JNICT, FLAD) e de programas comunitários (COMACs, BRITE/EURAM, COMET, ERASMUS, ECLAIR).

Cada uma das áreas tem objectivos próprios. Assim a Área de Investigação define uma estratégia geral e as grandes áreas de investigação a desenvolver (subordinantes das futuras colaborações nacionais e internacionais), estabelece relações continuadas a nível nacional e internacional e desenvolve um esforço de sensibilização orientado para o Governo, CCRN e Autarquias, Fundações e Instituições, Grandes Empresas e PMEs da Região Norte. Além disso deve divulgar a todos os investigadores do INEB e eventuais colaboradores as actividades em curso e os seus resultados.

Dentro desta área o CIB — Centro de Investiga-

ção em Engenharia Biomédica — instala o equipamento a adquirir pelo Programa Ciência, incrementa a troca de informação entre os investigadores e planifica o trabalho experimental. O CPEB — Centro de Projectos em Engenharia Biomédica — desenvolve trabalhos de investigação científica englobados nos projectos BRITE/EURAM II e na JNICT.

Na Área do Desenvolvimento Tecnológico, o objectivo central é estabelecer acordos com as empresas e instituições portuguesas no sentido de desenvolver projectos situados nas áreas de interesse do INEB, analisar problemas, apresentar projectos e reunir ou participar na aquisição dos meios necessários, e apoiar projectos de iniciativa das empresas/instituições.

O Departamento de Consultoria e Prestação de Serviços está a finalizar e preparar o lançamento de 4 patentes e define protocolos de colaboração com os Associados do INEB.

O Departamento de Formação, como o nome indica, dá formação pós-graduação (a nível de mestrado e doutoramento) a cursos internacionais avançados (programa COMETT II), cursos de actualização e especialização, e colaboração no projecto internacional de formação em processamento e análise de imagem — TATIANA.

A Área de Gestão acompanha e apoia a execução da estratégia aprovada, organiza e racionaliza os meios humanos e técnicos a utilizar, e maximiza as receitas financeiras.

O CRPG, de parceria com o INESC, INEB e Hospital de St.º António do Porto, no âmbito do programa CITE do Secretariado Nacional de Reabilitação, apresentou um projecto «Produção de Calçado e Palmilhas Ortopédicas Assistida por Computador» que se encontra em fase de apreciação.

## ILHA TERCEIRA

## UM GRITO DE ALERTA

Sr Director do Elo

Venho por meio destas minhas palavras poulo ao de correr desta minha tão gravíssima situação e pedir-lhe ajuda e apoio moral.

Sou o sócio nº 12.888, excombatente em Moçambique, atirador cavalaria pertencente a comp.2415. Cavalaria

Entrei para as fileiras do exército Português a 29=1=1968 apurado para todo o serviço militar.

Mas já com a perna direita mais curta três centímetros conseqüência de uma tuberculose aos 14 anos.

Foi um tal queixar sempre mais os medicos do nosso exercito naquele tempo para eles tudo era manha dois três quatro compromidos LAA e vai andando

pois a falta de carne para canhão era munta.

Então la vai o soldado 2027 para Moçambique para zona 100 por cento.

Pois nessa malvada guerra apanhei mais uma doença na cabeça comecei a tratar-me em Nampula com o Psiquiatra e hoje trato-me em S. Rafael tambem com um Psiquiatra do qual passei a junta com trinta e cinco por cento no dia 19=4=1992=

Há dez anos a tuberculose na perna agravou-se fiquei ano e meio Paralizado hoje ando mas muito pouco.

Vivo numa das situações mais queriticas tenho um filho de oito anos minha mulher tão bem e doente contamineia sem saber.

Recebo de reforma

26.200\$00 renda de casa 6.00\$00 para a agua e luz 3.000\$00 ainda tenho que comprar alguns remédios alem do Sr. Helio Flores da casa de saúde das suas amostras me dar alguns, a alimentação e Pão batata não da para comprar uma peça de fruta para o filho levar para a escola. A situação dum excombatente de um soldado nascido no dia dez de Junho, e servindo as fileiras do exercito quarenta dois mês.

Agora não tenho dinheiro para pagar as cotas há associação já devo seis mês.

Aqui no R.D.M. dizem-se que o meu Processo esta no Ministro. Já escrevi três cartas para associação nunca tive resposta

Já mandei perguntar quanto podia dar os 35 por

cento que tem(po) poderia levar o processo.

Porque aqui na treceira não a Nucleo como o seu jornal diz sou se é invisível. Agora pedia ao jornal que publica-se ou me dei uma resposta pelo amor de Deus.

diga-me se ha uma assistencia que me possa ajudar até eu receber.

Não se esqueça de informar este seu excamarada de combate os meus respeitosos Cumprimentos

Francisco Valdemar Jaca Torres

Para resposta à carta enviada pelo nosso associado, pedimos informações ao nosso Departamento de Apoio ao Sócios, que nos prestou os seguinte esclarecimentos:

01 - Neste Departamento não foram recebidas três cartas do sócio, como este afirma na sua carta datada de 12JAN94, mas sim uma com data de 14-07-93, que foi respondida na parte que

diz respeito ao pagamento de quotas.

02 - Relativamente ao seu processo de Averiguações, foi feito um contacto junto da Repartição de Justiça e Disciplina, pedindo para que fosse dado um tratamento especial a este processo tendo em conta a situação clinica e financeira do sócio.

03 - Na sequêcia deste contacto, o processo foi despachado, e posteriormente enviado ao M.D.N., com data de 25-11-93, onde se encontra a aguardar parecer e despacho final.

04 - Também já foi feito um contacto junto do M.D.N. no sentido de ser dado carácter de urgência ao trâmites do seu processo.

Quanto à existência de um Núcleo na Ilha Terceira ele de facto existe, se bem que não de uma forma "legalizada", os nossos associadas reúnem-se informalmente quando consideram necessário. Para mais infor-

mações deve telefonar para a nossa Delegação em Ponta Delgada onde lhe darão todos os esclarecimentos necessários.

Informamos o noso caro associado que enviámos uma fotocópia da sua carta ao Departamento de Reabilitação, que brevemente entrará em contacto consigo.

Agradecemos ao nosso caro ex-camarada de combate a carta que nos enviou, fazemos votos para que tudo lhe corra da melhor forma e que o seu caso seja rapidamente resolvido.

## VENDE-SE

## KADETT 1.3 S

Outubro de 1984  
Caixa Automática  
Verde Metalizado  
Em óptimo estado

☎ 796 01 46

## IMPORTAÇÃO DE AUTOMÓVEIS

(de todas as marcas c/s caixa automática)

COM/SEM ISENÇÃO DE IMPOSTOS

(novos e usados)

Trata toda a documentação

Sra. Carolina Veiga

☎ 982 12 56 — Fax 495 65 07  
☎ 495 65 22

## AUTOMÓVEIS OPEL

MOD.	P.BASE	P.V.P.
<b>CORSA</b>		
SWING 1.2 3P	1.288.011.00	1.908.668.00
SPORT 1.4 3P	1.562.008.00	2.478.669.00
SWING 1.4 3P	1.512.008.00	2.420.669.00
SWING 1.5 D 3P	1.584.520.00	2.658.668.00
SWING 1.5 TD 5P	1.918.114.00	2.506.668.00
<b>ASTRA</b>		
1.4 GLS 4P	2.163.732.00	3.176.668.00
1.4 GLS 5P	1.955.973.00	2.935.668.00
1.7 GL 4P DIESEL	2.107.283.00	3.731.668.00
1.7 GLS T. DIESEL 4P	2.511.931.00	4.169.668.00
1.7 GL 5P DIESEL CAR.	2.207.283.00	3.847.668.00
1.7 GLS 5P T. DIESEL	2.618.828.00	4.293.668.00
<b>VECTRA</b>		
1.6 GLS 4P	2.419.966.00	3.865.668.00
1.7 TD 4P	3.366.241.00	5.160.668.00

## AUTOMÓVEIS FIAT

MOD.	P. BASE	P.V.P.
UNO 45 3P	1.086.056.00	1.511.606.00
UNO 1.7 5P	1.328.891.00	2.788.395.00
UNO TURBO 5P	1.854.579.00	2.750.242.00
PUNTO 55 S 3P	1.150.542.00	1.657.765.00
PUNTO 55 S 5P	1.206.577.00	1.722.765.00
PUNTO 75 TDs 3P	1.563.341.00	3.062.599.00
TIPO 1.4 3P	1.548.489.00	2.402.950.00
TIPO 1.7 D 5P	1.736.617.00	3.263.599.00
TEMPRA 1.4	1.907.972.00	2.819.950.00
TEMPRA 1.9 TDs	2.609.336.00	5.068.745.00
TEMPRA 1.9 TDs SW	2.711.922.00	5.187.745.00
CROMA 1.9 TDs I. D.	2.979.163.00	5.497.744.00

Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 5016, a partir das 20H00 para Alberto Pinto.

Outras informações nas horas de expediente para os telef.: 757 05 02; 757 05 83; 757 07 02.

O estimado sócio pode também pedir informações sobre: Citroën; Peugeot e Ford



## EXPERIÊNCIA VIVA

Interessado no novo Renault Clio? É compreensível.  
Indeciso sobre qual a versão que mais lhe convém?  
Visite-nos e faça um ensaio do Renault Clio.

...e tudo se transforma



CARRO DO ANO 1991

**RENAULT**  
Ao Ritmo da Vida

## CONCESSIONÁRIO

RENAULT PORTUGUESA (Sucursal)  
Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900 Lisboa  
Tels. (01) 856 14 00 Fax (01) 856 14 80

## MONUMENTO AOS COMBATENTES DO ULTRAMAR

### Carta da Associação 25 de Abril

Transcrevemos seguidamente uma carta que nos foi dirigida pela Associação 25 de Abril, sem deixar no entanto de tecer alguns considerandos:

A reportagem publicada sobre a inauguração do Monumento aos Combatentes do Ultramar, é da exclusiva responsabilidade deste jornal, ao qual, por mais em questões de mera reportagem, não compete alinhar o seu posicionamento com assunções políticas que são, como é óbvio, do foro da Direcção Central da ADFA. Assim não corresponde a este órgão de informação a responsabilidade de definir a representatividade dos militares de Abril, mas sim reconhecer o empenho, que na globalidade puseram, oficiais, sargentos e praças, no findar do regime que confrontou as sociedades portuguesa, angolana, moçambicana e guineense com a injusta e inconsequente Guerra Colonial.

Transcreveremos todo o posicionamento político que os Orgãos da ADFA nos indiquem, porque estas páginas estão sempre a esclarecimentos e posicionamentos daquela natureza, venham eles de origem externa, como é o caso presente e que com toda a isenção e transparência colocamos à apreciação dos leitores.

Continuamos conscientes de que é esta verticalidade que promoverá o entendimento e aproximação, no que a uma publicação compete entre organizações que se respeitam e que se estimam.

O Director

Exm<sup>o</sup> Senhor Director,

Ao ler a reportagem sobre a inauguração do Monumento aos Combatentes

do Ultramar, publicada no «ELO» n.º 228 de Janeiro de 94, verifiquei não estar devidamente esclarecida — em minha opinião — a posição assumida pela Associação 25 de Abril, face ao referido evento.

Considerava a A25A ter sido convidada pela ADFA, para a cerimónia da inauguração. Verificamos agora que, em vez disso, terão sido convidados «alguns elementos da A25A»...

Quant. Nunca questionámos o monumento, mas sim a imagem pública que os seus promotores lhe pretenderam criar.

A nossa posição, bem como a posição da ADFA, fica no entanto bastante distorcida, quando uma frase contida na carta por nós enviada ao Presidente da Direcção Central da ADFA e que referia a posição que nós sabíamos ter sido a da ADFA, no seio da comissão executiva do monumento, é apresentada como sendo a posição da A25A. Com efeito, lendo o parágrafo da referida carta, que transcrevo «A todos estes antecedentes há a juntar o facto de termos tido conhecimento da recusa, por parte da comissão executiva do monumento, da proposta feita pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas para que a Associação 25 de Abril fosse convidada de honra da inauguração, como argumento de que, «sendo o monumento uma homenagem aos que sofreram com a guerra colonial, era também uma homenagem aos que lhe puseram termo, isto é aos militares de Abril». E como a Associação de Deficientes das Forças Armadas considera a Associação 25 de Abril a

digna representante dos capitães de Abril, defendeu que deveria a mesma receber um tratamento adequado», facilmente se constata que não foram os elementos da A25A que consideraram que «o monumento deveria ser não só um monumento aos que participaram na guerra colonial mas também uma homenagem aos que lhe puseram termo, e de quem esta associação considera ser representante».

Tudo isto, senhor director, independentemente de nós concordarmos com essa posição que a ADFA nos informara ter assumido. Efectivamente, tal como o dissemos por várias formas, consideramos que o monumento se justifica às vítimas da guerra e não à guerra em si. E, logicamente, se se fizer um monumento às vítimas da guerra, está-se a homenagear os que lhe puseram termo.

Que a A25A considera, de facto, representar na sua esmagadora maioria.

Permito-me ainda, senhor director, solicitar a sua atenção para outras passagens da carta que nós enviámos ao Presidente da ADFA, nomeadamente as razões que sustentaram a nossa decisão de não comparencia na inauguração do monumento. Razões que foram ratificadas pela Assembleia Geral da nossa A25A, na reunião que realizou em 15 de Janeiro, e foram novamente reafirmadas no programa da SIC que tratou o tema «guerra colonial».

Programa que vem noticiado a páginas 8 do referido número de «ELO» e onde, mais uma vez a posição da A25A e de mim próprio vem mal explicada. Com efeito, nunca

foi minha intenção «queixar-me de não ter entrado para a Comissão Promotora do Monumento». Critiquei, sim, o facto de a proposta da ADFA de convite à A25A para integrar a referida comissão não ter sido aceite pelos restantes membros da mesma. Assim como criticámos o facto de todas as associações ou clubes militares com uma prática não partidária e retrógrada, não terem sido igualmente convidadas. Com efeito, apenas a ADFA, em nossa opinião, evitava que a totalidade da comissão promotora tivesse aquele posicionamento, partidário, retrógrado e belicista.

Realce-se, aliás, o facto de a ADFA ter conseguido evitar que a solução encontrada fosse pior. Aproveito, ainda, para esclarecer a minha afirmação na SIC, quanto à natureza do monumento figurativo, sugerindo a inclusão de «um branco a espetar uma lança num preto» solução figurativa que não foi aprovada, por influência da ADFA. Quanto àquela expressão radical, reafirmo ter sido um elemento da ADFA, e não a ADFA que me forneceu a informação. Ainda que admita que a mesma seja apenas um exagero interpretativo.

Senhor director, penso ter esclarecido melhor a minha posição pessoal e a da A25A.

Grato ficaria se esta carta fosse transcrita no próximo número do «ELO», pois não gostaríamos que um menor esclarecimento possa minimamente que seja, pôr em causa as boas relações que temos, e tudo faremos para manter, com a ADFA.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da Direcção  
Vasco Correia Lourenço

## CURIOSIDADES

### Direito de resposta

Publicamos uma carta evidenciando o protesto do nosso associado e também colaborador, António Neves, pela demora na publicação de um artigo que, na parte de sua lavra, se encontra na realidade totalmente desfazado no tempo.

A redacção do nosso jornal vem pedir desculpas ao associado, pela não atempada inclusão do seu artigo, por mera e arreliadora falta de espaço, em números anteriores e por ter atentado, mais na intemporalidade de uma factura com século e meio de existência, do que na parte em que o mesmo se referia à inauguração da Sede, na altura ainda por efectuar.

Com a nossa penitência transcrevemos:

Senhor Director,

No número 228 do jornal «ELO», e sob o título «Curiosidades» foi publicado um desprezioso texto, da minha autoria, sócio 3098.

Naturalmente, que ficamos satisfeitos quando vemos um nosso trabalho merecer a honra de ser publicado. É um sentimento que humanamente nos assiste, principalmente quando a veia para a prosa não é o nosso forte mas que, por, outro lado nos anima a vontade de colaborar.

No caso presente, Senhor Director, o artigo foi entregue na redacção do «ELO» nos primeiros dias de Agosto passado e hoje afigura-se completamente desfazada e extemporânea a sua publicação. O preâmbulo e o final foram escritos tendo em conta uma determinada data e um contexto próprio pelo que, agora se torna despropositado e caricato.

Não tenho pretensões a conquistar leitores mas também não posso aceitar a forma displicente e negligente como a redacção do «ELO» tratou o meu modesto trabalho pelo que aqui deixo a expressão do meu protesto e desagrado.

Com os melhores cumprimentos,

António Neves

### FINAL DO PRAZO DE ENTREGA DAS DECLARAÇÕES MODELO 1 -15 DE MARÇO

Recordam-se uma vez mais os associados de que termina no próximo dia 15 de Março, o prazo para a entrega, em qualquer Repartição de Finanças do país, ainda que fora da área de residência, a declaração modelo 1, para quem tenha somente rendimentos de trabalho dependente categoria (a) e ou pensões categoria (h).

O «ELO» realça também que, nas declarações enviadas pela Caixa Geral de Aposentações, consta somente a pensão correspondente ao vencimento do posto e outros abonos por condição da prestação do serviço militar, uma vez que, da mesma, já foram retirados os montantes relativos ao abono e prestação suplementares de invalidez não tributáveis por força de um despacho do sub Secretário de Estado Adjunto da Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento do Ministério das Finanças já divulgado pelas diversas Repartições de Finanças do país através da circular nº 22 /93 da Direcção Geral das Contribuições e Impostos e que passamos a divulgar:

«Tendo-se suscitado dúvidas quanto ao regime de tributação dos abonos previstos nos artigos 10.º e 11.º do Decreto-lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, foi, por despacho de Sua Excelência o Subsecretário de Estado Adjunto da Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento, de 93-02-17, sancio-

nado o seguinte entendimento:

Os Abonos Suplementares de Invalidez e as Prestações Suplementares de Invalidez, atribuídos nos termos dos artigos 10.º e 11.º do decreto-lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, não estão sujeitos a IRS nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do respectivo Código, por revestirem natureza indemnizatória visando reparar danos emergentes.»

Instruem-se os sócios de que, após a dedução do abono e prestação suplementares de invalidez já efectuada na pensão pela própria Caixa Geral de Aposentações, do montante por aquela identidade indicada, 30%, também se encontram não sujeitos, nos termos do artigo 44º do estatuto dos benefícios fiscais, devendo ser levados ao anexo respectivo, declarando-se assim somente 70% do montante indicado na declaração modelo 1.

No caso de dúvidas, aconselham-se os associados a contactar pessoalmente ou pelo telefone a sede ou delegações que prontamente satisfarão as necessidades apontadas, desvanecendo dúvidas.

Na Sede encontra-se pessoal competente para colaborar com os associados no preenchimento das declarações e com capacidade de rapidamente fornecer, por acesso à informática, o cálculo do valor do imposto a pagar ou a reembolsar

### Programa na SIC

Caro tenente-coronel António Ramos,

A subjectividade da forma como tantas vezes temos que encarar uma notícia, aligeirada para uns, demasiadamente profunda para outros, põe-nos cada mês no banco dos réus perante os milhares de sócios e demais leitores.

Levantou-se polémica, o seu contributo é precioso no sentido da busca da verdade, por isso aqui reproduzimos a sua carta, conforme já lhe indiquei pessoalmente, tal como espero tenha aceite o incentivo para continuar a utilizar estas nossas páginas.

O Director

Exmo. Senhor Director do «ELO»

Caro Amigo:

Não tenho o prazer de o conhecer pessoalmente mas a minha qualidade de sócio e leitor assíduo do nosso jornal, assim como a minha condição de deficiente das FA, dá-me o à-vontade para

o tratar por amigo.

Como habitualmente, li atentamente o nosso jornal e neste número de Janeiro prendi-me particularmente com uma pequena reportagem sobre os debates na SIC e na TSF, sobre a guerra colonial.

Por ter sido um dos intervenientes lamento a pouca sensibilidade com que o assunto foi tratado no «ELO», sobretudo no que se refere à importante questão «napalm» porque o assunto foi levantado e assumido por mim, que tenho um nome, um posto e um número (até!) e não anonimamente como refere o jornal.

Não foram os generais que desmentiram, nem outros militares ditos de Esquerda mas eu que os desmenti e considerei da maior hipocrisia negar tal evidência, sem a qual jamais poderemos exorcizar os fantasmas da guerra e manter relações normais com os nossos ex-inimigos, hoje, aliados na luta comum con-

tra a pobreza e a miséria e também contra o desprestígio a que se pretendem voltar as Forças Armadas.

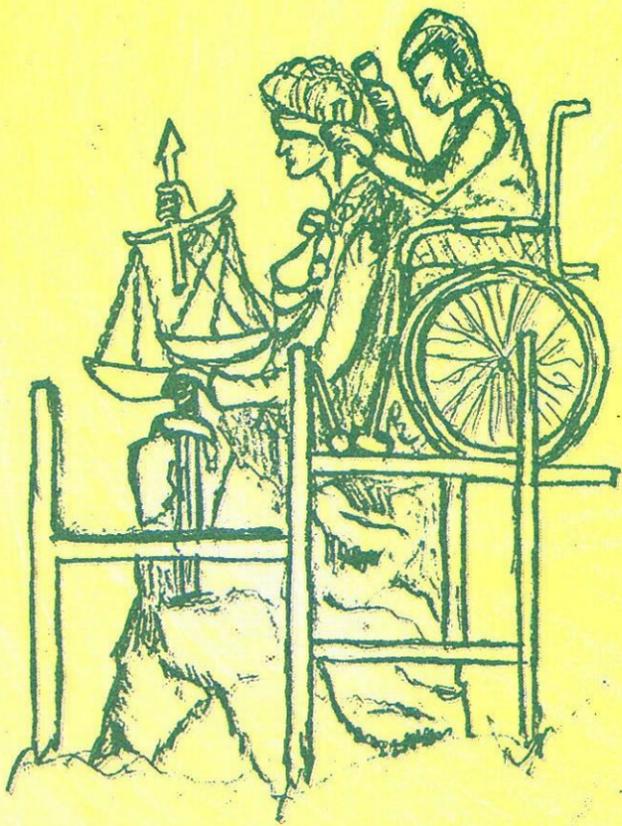
Entendo que não é pintando a guerra como um acontecimento *idêntico* ou confundindo «ações de polícia» com combates sérios, violentos e mortais mas referindo-a com naturalidade e sem omissões que poderemos curar as nossas feridas psicológicas, quanto às outras aquelas que nos unem na ADFA, as físicas, são apesar de tudo um ponto de união para nós.

Quanto à questão do monumento ao combatente, antes do próprio comunicado da nossa direcção manifestei perante as câmaras o meu vivo repúdio pela falta de respeito «manifestada por uns quantos cidadãos ex-combatentes (?) que se julgam mais patriotas do que os outros para com um dos símbolos da nossa Pátria.

O «ELO» não pode tratar de ânimo leve a posição assumida por um associado da ADFA tanto mais que se trata de um combatente ou-

# a Conferência Internacional

legislação  
de  
antigos combatentes  
e  
vítimas de guerra



Lisboa,

12/16 Março 1994



Federação  
Mundial  
de  
Antigos  
Combatentes

• Patrocínio do Governo Português •

Associação  
dos  
Deficientes  
das  
Forças Armadas

